

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	62
----------------------------------------------	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2015</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	575.928.712
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>575.928.712</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	35.860
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>35.860</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	1.894.705	2.234.699
1.01	Ativo Circulante	609.126	455.660
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.533	65.254
1.01.01.01	Caixa e bancos	5	7
1.01.01.02	Aplicações financeiras	1.528	65.247
1.01.02	Aplicações Financeiras	369.972	163.353
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	369.972	163.353
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	369.972	163.353
1.01.03	Contas a Receber	206.777	200.402
1.01.03.01	Clientes	206.777	200.402
1.01.03.01.01	Valores a receber de cliente	534	117
1.01.03.01.02	Juros sobre o capital proprio e dividendos	41.542	17.113
1.01.03.01.05	Direitos de créditos autônomos	164.701	183.172
1.01.06	Tributos a Recuperar	30.570	26.481
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	30.570	26.481
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	274	170
1.01.08.03	Outros	274	170
1.01.08.03.01	Outras contas	274	170
1.02	Ativo Não Circulante	1.285.579	1.779.039
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	927.425	679.806
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	38.420	41.725
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	38.420	41.725
1.02.01.03	Contas a Receber	885.056	634.261
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	885.056	634.261
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.949	3.820
1.02.01.09.03	Depositos judiciais	3.949	3.820
1.02.02	Investimentos	357.987	1.099.017
1.02.02.01	Participações Societárias	357.987	1.099.017
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	52.424	52.611
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	305.563	1.046.406
1.02.03	Imobilizado	149	194
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	149	194
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	149	194
1.02.04	Intangível	18	22
1.02.04.01	Intangíveis	18	22
1.02.04.01.02	Intangíveis	18	22

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	1.894.705	2.234.699
2.01	Passivo Circulante	177.063	113.336
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.187	702
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.010	166
2.01.01.01.01	Encargos Trabalhistas	1.010	166
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	177	536
2.01.02	Fornecedores	227	261
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	227	261
2.01.03	Obrigações Fiscais	814	1.417
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	808	1.416
2.01.03.01.02	Impostos a recolher	0	1.416
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6	1
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	163.621	103.415
2.01.04.02	Debêntures	163.621	103.415
2.01.05	Outras Obrigações	11.214	7.541
2.01.05.02	Outros	11.214	7.541
2.01.05.02.04	Obrigações por repasse	11.214	7.541
2.02	Passivo Não Circulante	864.144	805.942
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	710.799	767.738
2.02.01.02	Debêntures	710.799	767.738
2.02.02	Outras Obrigações	142.470	2.160
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.160	0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	2.160	0
2.02.02.02	Outros	140.310	2.160
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	140.310	0
2.02.02.02.03	Obrigações por Repasse	0	2.160
2.02.03	Tributos Diferidos	10.875	36.044
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.875	36.044
2.03	Patrimônio Líquido	853.498	1.315.421
2.03.01	Capital Social Realizado	1.231.427	1.052.152
2.03.04	Reservas de Lucros	33.809	213.084
2.03.04.01	Reserva Legal	33.814	33.814
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	179.275
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-5	-5
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-411.123	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-615	50.185

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	39.241	139.687	33.343	276.097
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-60.853	-163.259	-61.592	-147.781
3.03	Resultado Bruto	-21.612	-23.572	-28.249	128.316
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-417.218	-418.792	-5.858	25.499
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.535	-4.447	-1.550	-4.640
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	18	26	0	512
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-411.227	-411.227	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.474	-3.144	-4.308	29.627
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-438.830	-442.364	-34.107	153.815
3.06	Resultado Financeiro	10.175	31.241	29.294	68.203
3.06.01	Receitas Financeiras	10.315	31.594	29.467	69.054
3.06.02	Despesas Financeiras	-140	-353	-173	-851
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-428.655	-411.123	-4.813	222.018
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-428.655	-411.123	-4.813	222.018
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-428.655	-411.123	-4.813	222.018
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,74428	0,71384	-0,00836	0,38550

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-428.655	-411.123	-4.813	222.018
4.02	Outros Resultados Abrangentes	18.618	-50.800	-52.773	83.108
4.02.01	Varição no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-382.893	-485.253	-91.832	129.491
4.02.03	Participação no resultado abrangente de coligada	-82	-1.942	7.835	-2.358
4.02.04	Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	-9.633	25.169	31.224	-44.025
4.02.05	Provisão para perda de investimento	411.226	411.226	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-410.037	-461.923	-57.586	305.126

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-51.281	349.258
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	61.800	239.493
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-411.123	222.018
6.01.01.02	Depreciação e amortização	42	39
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado	-22	0
6.01.01.05	Resultado de equivalência patrimonial	3.144	-29.627
6.01.01.07	Receita de títulos e valores mobiliários	-856	-867
6.01.01.09	Despesa com provisão férias, 13º sal. e encargos	852	310
6.01.01.11	Provisão perdas de investimentos	411.226	0
6.01.01.12	Rendimento negativos de debêntures	0	241
6.01.01.15	Variação monetária líquida	57.169	45.706
6.01.01.16	Amortização de custo de transação	1.368	1.673
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-113.081	109.765
6.01.02.01	(Aumento)/diminuição de valores a receber de clientes	-418	-1.063
6.01.02.02	(Aumento)/diminuição de juros sobre capital próprio e dividendos	-29.329	2.904
6.01.02.03	(Aumento)/diminuição de tributos a recuperar	-4.089	-13.397
6.01.02.04	(Aumento)/diminuição de títulos e valores mobiliários	-203.313	-8.761
6.01.02.05	(Aumento)/diminuição de depósitos judiciais	-129	-34
6.01.02.06	(Aumento)/diminuição de outras contas	-104	-80
6.01.02.07	(Aumento)/diminuição de salários e encargos sociais	484	-20
6.01.02.08	Aumento/(diminuição) de fornecedores	-34	-43
6.01.02.09	Aumento/(diminuição) de tributos a recolher	-603	-1.174
6.01.02.10	Aumento/(diminuição) de obrigações por repasse	3.673	-11.796
6.01.02.17	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-5.548
6.01.02.18	Recebimentos de créditos autônomos	120.781	148.777
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	33	3.117
6.02.02	Aquisições de imobilizado/intangível	-15	-145
6.02.03	Recebimento de títulos e valores mobiliários	0	3.262
6.02.04	Venda de ativo imobilizado	48	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-12.473	-331.319
6.03.01	Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	0	-69.056
6.03.02	Recebimentos de debêntures	0	642.736
6.03.03	Amortização de debêntures 2ª emissão - subordinadas	0	-641.791
6.03.04	Amortização de debêntures 3ª emissão - sêniores	-40.954	-85.004
6.03.06	Adiantamento para futuro aumento de capital	140.310	0
6.03.08	Juros pagos das debêntures de 2ª emissão - subordinadas	0	-150.052
6.03.09	Juros pagos das debêntures de 3ª emissão - sêniores	-13.153	-18.228
6.03.10	Juros pagos das debêntures de 4ª emissão	-98.676	-9.924
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-63.721	21.056
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	65.254	113.589
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.533	134.645

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.052.152	33.809	179.275	0	50.185	1.315.421
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.052.152	33.809	179.275	0	50.185	1.315.421
5.04	Transações de Capital com os Sócios	179.275	0	-179.275	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	274.275	0	-179.275	0	0	95.000
5.04.10	Capital Social a Integralizar	-95.000	0	0	0	0	-95.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-411.123	-50.800	-461.923
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-411.123	0	-411.123
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-50.800	-50.800
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-1.942	-1.942
5.05.02.06	Provisão para perdas de investimentos	0	0	0	0	411.226	411.226
5.05.02.08	Variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-485.253	-485.253
5.05.02.09	Tributos s/variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	25.169	25.169
5.07	Saldos Finais	1.231.427	33.809	0	-411.123	-615	853.498



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	181.522	-5	30.590	0	71.037	283.144
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	181.522	-5	30.590	0	71.037	283.144
5.04	Transações de Capital com os Sócios	870.630	0	-12.354	-56.708	0	801.568
5.04.01	Aumentos de Capital	1.923.071	0	0	0	0	1.923.071
5.04.06	Dividendos	0	0	-12.354	-38.825	0	-51.179
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-17.883	0	-17.883
5.04.09	Provisão para Redução de Capital - Convênios	-1.052.441	0	0	0	0	-1.052.441
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	222.018	83.108	305.126
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	222.018	0	222.018
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	83.108	83.108
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-2.358	-2.358
5.05.02.08	Variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	129.492	129.492
5.05.02.09	Tributos s/variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-44.026	-44.026
5.07	Saldos Finais	1.052.152	-5	18.236	165.310	154.145	1.389.838

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
7.01	Receitas	104.906	100.478
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.090	1.300
7.01.02	Outras Receitas	103.816	99.178
7.01.02.01	Receitas de Recuperações de Créditos	6.276	4.686
7.01.02.02	Receitas de Atualização de Créditos	97.514	93.980
7.01.02.03	Outras Receitas	26	512
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-413.700	-2.661
7.02.04	Outros	-413.700	-2.661
7.02.04.01	Custos processuais	-121	-97
7.02.04.02	Serviços tomados de terceiros	-995	-838
7.02.04.03	Despesas administrativas	-412.584	-1.726
7.03	Valor Adicionado Bruto	-308.794	97.817
7.04	Retenções	-42	-39
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42	-39
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-308.836	97.778
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	66.167	275.455
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.144	29.627
7.06.02	Receitas Financeiras	33.829	69.079
7.06.03	Outros	35.482	176.749
7.06.03.01	Receita de participações acionárias	35.482	176.749
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-242.669	373.233
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-242.669	373.233
7.08.01	Pessoal	4.581	4.520
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.839	3.759
7.08.01.02	Benefícios	471	453
7.08.01.03	F.G.T.S.	271	308
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.872	1.596
7.08.02.01	Federais	3.798	1.510
7.08.02.02	Estaduais	2	3
7.08.02.03	Municipais	72	83
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	160.001	145.099
7.08.03.01	Juros	154.683	141.358
7.08.03.02	Aluguéis	33	32
7.08.03.03	Outras	5.285	3.709
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	1.721	852
7.08.03.03.02	Obrigações por repasse	3.564	2.857
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-411.123	222.018
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	17.883
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-411.123	204.135

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	1.898.724	2.235.001
1.01	Ativo Circulante	625.627	498.329
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.514	65.254
1.01.01.01	Caixa e bancos	11	7
1.01.01.02	Aplicações financeiras	4.503	65.247
1.01.02	Aplicações Financeiras	369.972	197.757
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	369.972	197.757
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	369.972	197.757
1.01.03	Contas a Receber	206.399	195.454
1.01.03.01	Clientes	206.399	195.454
1.01.03.01.01	Valores a receber de clientes	156	69
1.01.03.01.02	Juros sobre capital próprio e dividendos	41.542	12.213
1.01.03.01.03	Direitos de créditos autônomos	164.701	183.172
1.01.06	Tributos a Recuperar	34.434	28.045
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	34.434	28.045
1.01.06.01.01	Tributos a recuperar	34.434	28.045
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.308	11.819
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	10.033	11.649
1.01.08.01.01	Imóveis para venda	10.033	11.649
1.01.08.03	Outros	275	170
1.01.08.03.01	Outras contas	275	170
1.02	Ativo Não Circulante	1.273.097	1.736.672
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	967.365	679.806
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	38.420	41.725
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	38.420	41.725
1.02.01.03	Contas a Receber	924.996	634.261
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	924.996	634.261
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.949	3.820
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	3.949	3.820
1.02.02	Investimentos	305.563	1.056.650
1.02.02.01	Participações Societárias	305.563	1.056.650
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	0	10.244
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	305.563	1.046.406
1.02.03	Imobilizado	151	194
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	151	194
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	151	194
1.02.04	Intangível	18	22
1.02.04.01	Intangíveis	18	22
1.02.04.01.02	Intangíveis	18	22

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	1.898.724	2.235.001
2.01	Passivo Circulante	181.082	113.638
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.192	710
2.01.01.01	Obrigações Sociais	182	174
2.01.01.01.01	Encargos Trabalhistas	182	174
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.010	536
2.01.02	Fornecedores	227	261
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	227	261
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.882	1.693
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.226	1.588
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	166
2.01.03.01.02	Impostos a recolher	1.226	1.422
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	656	105
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	163.621	103.415
2.01.04.02	Debêntures	163.621	103.415
2.01.05	Outras Obrigações	11.530	7.559
2.01.05.02	Outros	11.530	7.559
2.01.05.02.04	Obrigações por repasse	11.530	7.559
2.01.06	Provisões	2.630	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.630	0
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	2.630	0
2.02	Passivo Não Circulante	864.144	805.942
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	710.799	767.738
2.02.01.02	Debêntures	710.799	767.738
2.02.02	Outras Obrigações	142.470	2.160
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.160	0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	2.160	0
2.02.02.02	Outros	140.310	2.160
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	140.310	0
2.02.02.02.03	Obrigações por repasse	0	2.160
2.02.03	Tributos Diferidos	10.875	36.044
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.875	36.044
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	853.498	1.315.421
2.03.01	Capital Social Realizado	1.231.427	1.052.152
2.03.04	Reservas de Lucros	33.809	213.084
2.03.04.01	Reserva Legal	33.814	33.814
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	179.275
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-5	-5
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-411.123	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-615	50.185

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	39.882	140.690	33.343	276.097
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-61.913	-164.876	-61.592	-147.781
3.03	Resultado Bruto	-22.031	-24.186	-28.249	128.316
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-418.050	-424.929	-10.965	8.460
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.901	-5.428	-1.619	-4.960
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	19	28	0	512
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-411.227	-411.227	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.941	-8.302	-9.346	12.908
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-440.081	-449.115	-39.214	136.776
3.06	Resultado Financeiro	11.657	40.622	36.988	93.855
3.06.01	Receitas Financeiras	11.797	40.975	37.161	94.706
3.06.02	Despesas Financeiras	-140	-353	-173	-851
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-428.424	-408.493	-2.226	230.631
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-231	-2.630	-2.587	-8.613
3.08.01	Corrente	-231	-2.630	-2.587	-8.613
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-428.655	-411.123	-4.813	222.018
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-428.655	-411.123	-4.813	222.018
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-428.655	-411.123	-4.813	222.018
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,74428	0,71384	0,00836	0,38550

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-428.655	-411.123	-4.813	222.018
4.02	Outros Resultados Abrangentes	18.618	-50.800	-52.773	83.108
4.02.01	Varição no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-382.893	-485.253	-91.832	129.491
4.02.02	Participação no Resultado Abrangente de Coligada	-82	-1.942	7.835	-2.358
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre Resultados Abrangentes	-9.633	25.169	31.224	-44.025
4.02.04	Provisão para Perda de Investimento	411.226	411.226	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-410.037	-461.923	-57.586	305.126
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-410.037	-461.923	-57.586	305.126

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-48.298	349.258
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	69.588	264.825
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-411.123	222.018
6.01.01.02	Depreciação e amortização	42	39
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado	-22	0
6.01.01.05	Provisão para perdas de investimentos	411.226	0
6.01.01.08	Resultado de equivalência patrimonial	8.302	-12.908
6.01.01.10	Receitas com títulos e valores mobiliários	-856	-867
6.01.01.11	Provisão para imposto de renda e contribuição social	2.630	8.613
6.01.01.12	Despesas com provisão de férias, 13º sal. e encargos	852	310
6.01.01.14	Variação monetária líquida	57.169	45.706
6.01.01.15	amortização de custo de transação	1.368	1.673
6.01.01.18	Rendimento negativo de debêntures	0	241
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-117.886	84.433
6.01.02.01	(aumento)/diminuição de contas a receber (exceto JCP)	-418	-1.063
6.01.02.02	(aumento)/diminuição de juros sobre capital próprio e dividendos	-29.329	2.904
6.01.02.03	(aumento)/diminuição de tributos a recuperar	-6.390	-21.580
6.01.02.04	(aumento)/diminuição de títulos e valores mobiliários	-205.288	-25.836
6.01.02.05	(aumento)/diminuição de depósitos judiciais	-129	-34
6.01.02.06	(aumento)/diminuição de outras contas	-1.720	-80
6.01.02.07	(aumento)/diminuição de salários e encargos	481	-17
6.01.02.08	aumento/(diminuição) de fornecedores	-34	-43
6.01.02.09	aumento/(diminuição) de tributos a recolher	189	-1.251
6.01.02.10	aumento/(diminuição) de obrigações por repasse	3.971	-11.796
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-5.548
6.01.02.17	Recebimentos de créditos autônomos	120.781	148.777
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	31	3.117
6.02.01	Venda de ativo imobilizado	48	0
6.02.03	Aquisição de imobilizado/intangível	-17	-145
6.02.04	Recebimento de títulos e valores mobiliários	0	3.262
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-12.473	-331.319
6.03.01	Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	0	-69.056
6.03.02	Recebimentos de debêntures	0	642.736
6.03.03	Amortização das debêntures 2ª emissão - subordinadas	0	-641.791
6.03.04	Amortização das debêntures 3ª emissão - sêniores	-40.954	-85.004
6.03.06	Adiantamento para futuro aumento de capital	140.310	0
6.03.07	Juros pagos das debêntures 2ª emissão - subordinadas	0	-150.052
6.03.08	Juros pagos das debêntures 3ª emissão - sêniores	-13.153	-18.228
6.03.09	Juros pagos das debêntures 4ª emissão	-98.676	-9.924
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-60.740	21.056
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	65.254	113.589
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.514	134.645

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.052.152	33.809	179.275	0	50.185	1.315.421	0	1.315.421
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.052.152	33.809	179.275	0	50.185	1.315.421	0	1.315.421
5.04	Transações de Capital com os Sócios	179.275	0	-179.275	0	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	274.275	0	-179.275	0	0	95.000	0	95.000
5.04.10	Capital Social a Integralizar	-95.000	0	0	0	0	-95.000	0	-95.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-411.123	-50.800	-461.923	0	-461.923
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-411.123	0	-411.123	0	-411.123
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-50.800	-50.800	0	-50.800
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-1.942	-1.942	0	-1.942
5.05.02.06	Provisão para perdas de investimentos	0	0	0	0	411.226	411.226	0	411.226
5.05.02.07	Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-485.253	-485.253	0	-485.253
5.05.02.08	Tributos s/variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	25.169	25.169	0	25.169
5.07	Saldos Finais	1.231.427	33.809	0	-411.123	-615	853.498	0	853.498



**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	181.522	-5	30.590	0	71.037	283.144	0	283.144
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	181.522	-5	30.590	0	71.037	283.144	0	283.144
5.04	Transações de Capital com os Sócios	870.630	0	-12.354	-56.708	0	801.568	0	801.568
5.04.01	Aumentos de Capital	1.923.071	0	0	0	0	1.923.071	0	1.923.071
5.04.06	Dividendos	0	0	-12.354	-38.825	0	-51.179	0	-51.179
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-17.883	0	-17.883	0	-17.883
5.04.09	Provisão para Redução de Capital - Convênios	-1.052.441	0	0	0	0	-1.052.441	0	-1.052.441
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	222.018	83.108	305.126	0	305.126
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	222.018	0	222.018	0	222.018
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	83.108	83.108	0	83.108
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-2.358	-2.358	0	-2.358
5.05.02.07	Varição no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	129.492	129.492	0	129.492
5.05.02.08	Tributos s/variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-44.026	-44.026	0	-44.026
5.07	Saldos Finais	1.052.152	-5	18.236	165.310	154.145	1.389.838	0	1.389.838

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
7.01	Receitas	106.009	100.478
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.192	1.300
7.01.02	Outras Receitas	103.817	99.178
7.01.02.01	Receitas de Recuperações de Créditos	6.276	4.686
7.01.02.02	Receitas de Atualização de Créditos	97.514	93.980
7.01.02.03	Outras Receitas	27	512
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-416.066	-2.832
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.616	0
7.02.04	Outros	-414.450	-2.832
7.02.04.01	Custos processuais	-121	-97
7.02.04.02	Serviços tomados de terceiros	-1.096	-838
7.02.04.03	Despesas administrativas	-413.233	-1.897
7.03	Valor Adicionado Bruto	-310.057	97.646
7.04	Retenções	-42	-39
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42	-39
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-310.099	97.607
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	70.459	301.107
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-8.302	29.627
7.06.02	Receitas Financeiras	43.279	94.731
7.06.03	Outros	35.482	176.749
7.06.03.01	Receitas de participações acionárias	35.482	176.749
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-239.640	398.714
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-239.640	398.714
7.08.01	Pessoal	4.769	4.644
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.013	3.883
7.08.01.02	Benefícios	471	453
7.08.01.03	F.G.T.S.	285	308
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.713	10.234
7.08.02.01	Federais	6.631	10.148
7.08.02.02	Estaduais	2	3
7.08.02.03	Municipais	80	83
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	160.001	145.099
7.08.03.01	Juros	154.683	141.358
7.08.03.02	Aluguéis	33	32
7.08.03.03	Outras	5.285	3.709
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	1.721	852
7.08.03.03.02	Obrigações por Repasse	3.564	2.857
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-411.123	238.737
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	17.883
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-411.123	220.854

## Comentário do Desempenho

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ITR 03/2015 | consolidado



- **DESEMPENHO OPERACIONAL**

#### Gestão de Ativos

Em sua atuação na recuperação de créditos em liquidação adquiridos junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal, a Companhia arrecadou no período findo em 30 de setembro de 2015 o montante de R\$6.276 mil, superior em 34% ao mesmo período de 2014, quando a arrecadação totalizou R\$4.686 mil.

Mediante contrato celebrado com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF), a Companhia atua também na administração dos ativos recepcionados pelo Estado em decorrência da extinção da Minascaixa e da privatização dos Bancos Bemge e Credireal. No período, a MGI arrecadou e repassou à SEF o montante de R\$4.998 mil provenientes da recuperação de créditos em liquidação e alienação de bens imóveis. Esse valor superou em 138% o apurado no mesmo período de 2014, quando totalizou R\$2.103 mil.

Considerando a natureza e data em que os empréstimos foram concedidos (mais de 20 anos), a falta de bens penhoráveis e/ou garantias e a baixa liquidez dos imóveis, a MGI considera relevantes os valores arrecadados.

#### Direitos de Crédito Autônomos

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia possui um saldo de Direitos de Crédito Autônomos a receber de R\$1.526.968 mil. No período findo em 30 de setembro de 2015, foi contabilizado a título de variação monetária ativa o valor de R\$97.514 mil, enquanto os valores recebidos no período totalizaram R\$120.781 mil (R\$148.777 mil no mesmo período de 2014).

#### Debêntures

A Companhia vem cumprindo rigorosamente seus prazos de pagamento de remuneração e de amortização das Debêntures emitidas (segunda, terceira e quarta emissões), conforme previsto nas respectivas Escrituras de Emissão.

No período findo em 30 de setembro de 2015, o saldo acumulado de pagamentos realizados pela MGI aos debenturistas foi de R\$ 152.783, conforme tabela abaixo:

	Pagamentos Efetuados (em R\$ mil)		
	Juros	Principal	Total Pago
2ª emissão	-	-	-
3ª emissão	13.153	40.954	54.107
4ª emissão	98.676	-	98.676
<b>Total</b>	<b>111.829</b>	<b>40.954</b>	<b>152.783</b>

## Comentário do Desempenho

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ITR 03/2015 | consolidado



Os pagamentos de juros e de amortização da terceira emissão são feitos mensalmente. Os pagamentos referentes aos juros da quarta emissão são feitos semestralmente e a primeira parcela de amortização, que estava prevista para julho de 2016, será adiada para julho de 2019, em virtude da repactuação da dívida, por meio da quinta emissão de debêntures. A segunda emissão de debêntures (subordinadas), que foi totalmente subscrita pelo Estado de Minas Gerais, vencerá em 2022. Após a liquidação da terceira emissão (debêntures sêniores), prevista para 30 de agosto de 2017, a segunda emissão poderá ser quitada mediante dação em pagamento do saldo remanescente da carteira de direitos de crédito autônomos, que, em 30 de setembro de 2015, era de R\$ 1.526.968 mil. A Companhia pode, ainda, fazer amortizações extraordinárias das debêntures subordinadas, embora isso não tenha ocorrido no período findo em 30 de setembro de 2015.

A Companhia contabilizou, a título de variação monetária passiva relativa às três emissões acima mencionadas, o montante de R\$154.683 mil, superior em 11% ao apurado no mesmo período de 2014. O aumento da variação monetária se deve ao aumento da taxa DI e ao fato de a quarta emissão ter ocorrido em maio de 2014.

A MGI tem, em 30 de setembro de 2015, um saldo de R\$ 850.640 mil a pagar, relativo às debêntures subordinadas (segunda emissão), R\$ 91.682 mil referentes às debêntures da terceira emissão e R\$ 674.703 mil em relação às debêntures da quarta emissão, totalizando R\$ 1.617.026 mil.

#### ***Repactuação das Debêntures de Quarta Emissão***

A quarta emissão de debêntures tem como principal garantia as ações preferenciais da CEMIG de titularidade da MGI. Nesse contexto, a Companhia fica suscetível às oscilações dessas ações no mercado, na medida em que quedas nas cotações causam necessidade de reforço de garantia em moeda corrente, depositado diretamente na conta vinculada à emissão. Com o intuito de atenuar a exposição da Companhia, as debêntures da quarta emissão passam por repactuação, que envolve:

##### ***a) Empréstimo de Ações***

Em 26 de agosto de 2015, a Companhia firmou Contrato de Empréstimo de Ações, visando o aluguel de 68.582.845 ações para o Banco de Investimentos Credit Suisse. Até 30 de setembro de 2015, 36.565.190 das ações contempladas no Contrato de Empréstimo foram efetivamente emprestadas e, até 21 de outubro de 2015, foi concluído o empréstimo de 68.582.845 ações, conforme previsto no Contrato. Como contrapartida deste empréstimo a Companhia registrou em seu Ativo Não Circulante a conta Direito Creditório – Credit Suisse, no valor de R\$ 255.591 mil.

##### ***b) Hedge de Ações***

Em 26 de agosto de 2015, a Companhia firmou Contrato de Hedge das ações emprestadas ao Banco de Investimento Credit Suisse, com o objetivo de proteger a Companhia da volatilidade das ações da Cemig. O hedge dessas ações foi integralmente concluído em 21 de outubro de 2015, e o Valor do Hedge, dado pelo produto entre o Preço de Exercício das opções flexíveis de venda e a quantidade agregada dessas opções, passou a integrar o Índice de Cobertura da 4ª Emissão.

## Comentário do Desempenho

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ITR 03/2015 | consolidado



#### c) Quinta Emissão de Debêntures

Em 26 de novembro de 2015, conforme definido no Primeiro Aditamento à Escritura da Quinta Emissão de Debêntures, foram subscritas e integralizadas 650 (seiscentas e cinquenta) debêntures, no montante de R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), por meio da dação em pagamento das 650 (seiscentas e cinquenta) debêntures emitidas pela Companhia, de igual valor nominal, nos termos da Escritura da Quarta Emissão de Debêntures.

As debêntures da Quarta Emissão, atualmente em posse da Companhia, serão canceladas em 30 de novembro de 2015.

#### Participações Acionárias

A Companhia possui participação acionária na Helibrás, Cemig, Copasa e empresas do grupo Gerdau.

Esses investimentos proporcionaram receitas de juros sobre capital próprio e dividendos no montante de R\$35.482 mil no período. Essas receitas foram inferiores em 80% às auferidas em igual período do ano anterior, quando somaram R\$176.712 mil.

A participação acionária na Cemig é responsável por cerca de 99% das receitas de investimentos auferidas pela MGI. Por esta razão, o declínio da distribuição de dividendos pela Cemig provocou significativo impacto nessas receitas. Embora o Estatuto Social da Cemig determine a distribuição de 50% do lucro líquido, neste exercício a Administração da companhia deliberou a distribuição de apenas 25% do lucro líquido do exercício de 2014, uma vez que o baixo nível dos reservatórios de energia elétrica pode ocasionar redução significativa na energia disponível para venda pelas suas usinas hidrelétricas, com efeitos sobre a receita e o fluxo de caixa. Os valores que deixaram de ser distribuídos serão mantidos na conta de Reserva de Dividendos obrigatórios não distribuídos, para serem pagos assim que a situação financeira da companhia o permitir.

A MGI registrou, ainda, provisão de perdas com investimentos na Cemig e na Copasa nos valores de R\$409.645 e R\$1.581, respectivamente, em virtude do reconhecimento da desvalorização das ações dessas companhias (*impairment*), conforme determinado nas normas contábeis.

Da participação na Helibrás, a Companhia obteve um resultado negativo de R\$3.361 mil em equivalência patrimonial. No mesmo período de 2014, a equivalência patrimonial relativa ao investimento na Helibrás foi positiva no valor de R\$22.254 mil.

#### Convênios

Durante o período, a Companhia deu continuidade ao seu programa de investimentos em ações destinadas à promoção do desenvolvimento da infraestrutura estadual por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações com interveniência e apoio técnico de Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais.

## Comentário do Desempenho

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ITR 03/2015 | consolidado



A MGI repassou aos convenentes, no período encerrado em 30 de setembro de 2015, o montante de R\$500 mil referente a celebração de um novo convênio, bem como R\$19,5 milhões relativos a parcelas de convênios celebrados nos anos anteriores. Em 2013 e 2014, foram repassados R\$1.006 milhões. Os recursos repassados são destinados a obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuários, recuperação e manutenção de rodovias. Os valores acima estão apresentados líquidos das devoluções recebidas dos convenentes a título de prestação de contas de convênios já encerrados. Os recursos repassados se originam de aportes de capital realizados na Companhia pelo acionista controlador Estado de Minas Gerais.

As prestações de contas destes convênios devem ser realizadas pelos convenentes às Secretarias de Estado intervenientes, que devem validá-las e repassá-las à MGI no prazo de 90 dias após o término de cada convênio, com a finalidade de confirmar a execução física e financeira de seu objeto e o alcance de seu objetivo social. Também é de responsabilidade das Secretarias intervenientes a inspeção física (*in loco*) desses convênios. O não recebimento pela MGI da prestação de contas devidamente validada pela Secretaria responsável implica no impedimento de novos repasses de recursos ao conveniente e na promoção de tomada de contas especial com o ressarcimento dos valores repassados aos convenentes devidamente atualizados.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia apresentava em seus controles internos um total de 218 convênios encerrados há mais de 90 dias sem a validação da respectiva prestação de contas por parte das Secretarias de Estado responsáveis. Esses convênios montam R\$132.137 mil e a Administração vem empreendendo esforços para agilizar a referida prestação de contas. A Administração concentra esforços, também, no aprimoramento dos processos internos relativos aos convênios, com o intuito de mitigar as distorções de informações identificadas pela auditoria independente nos controles sistêmicos referentes às prestações de contas. Cabe ressaltar que as distorções identificadas dizem respeito tão somente às informações relativas às prestações de contas. Em relação aos controles de pagamentos de convênios, as informações encontram-se devidamente conciliadas e validadas.

#### Subsidiária Integral

A EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, atua como mandatária do Estado de Minas Gerais em contratos de concessões e parcerias público-privadas, para isso assumindo obrigações relacionadas às contraprestações pecuniárias ou de qualquer outra natureza no âmbito dos referidos contratos.

No período encerrado em 30 de setembro de 2015, foram pagos como contraprestações aos Parceiros Privados, em nome do Estado de Minas Gerais, o montante de R\$207.172 mil. No mesmo período do ano anterior, foi pago R\$176.011 mil.

A EMIP atua, ainda, na comercialização de bens imóveis próprios não de uso, tendo auferido no período uma receita líquida de R\$1.102 mil com a venda de 23 imóveis por meio de concorrência pública e venda direta.

## Comentário do Desempenho

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ITR 03/2015 | consolidado



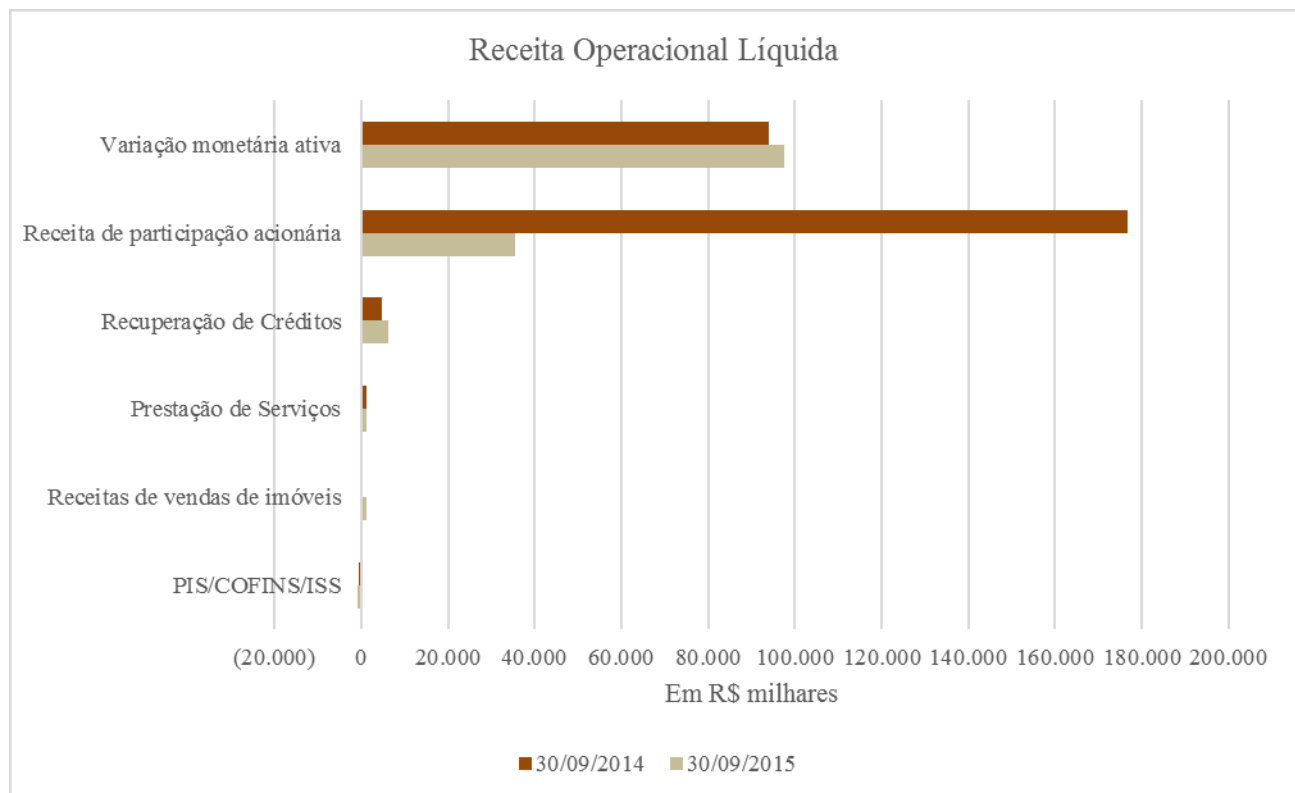
- **DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

#### Receita Operacional Líquida

No período encerrado em 30 de setembro de 2015, a Companhia apresentou Receita Operacional Líquida de R\$140.690 mil, 49% inferior ao mesmo período de 2014, quando alcançou R\$276.097 mil.

O fator preponderante para a redução na receita operacional líquida foi a diminuição de 80% nas receitas com participações acionárias, ocasionada pelo declínio dos dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos pela Cemig. Essas receitas, que em 30 de setembro de 2014 totalizaram R\$176.774, representando 64% da receita operacional líquida naquele período, reduziram para R\$35.482 em 30 de setembro de 2015, correspondendo a 25% da receita operacional líquida neste período.

A receita mais expressiva no período foi a variação monetária ativa, proveniente da carteira de direitos de crédito autônomos, que alcançou R\$97.514 mil no período, representando 70% da Receita Operacional Líquida. No mesmo período de 2014, essa receita totalizou R\$93.980 mil, havendo, portanto, um aumento de 4% no período.



## Comentário do Desempenho

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ITR 03/2015 | consolidado



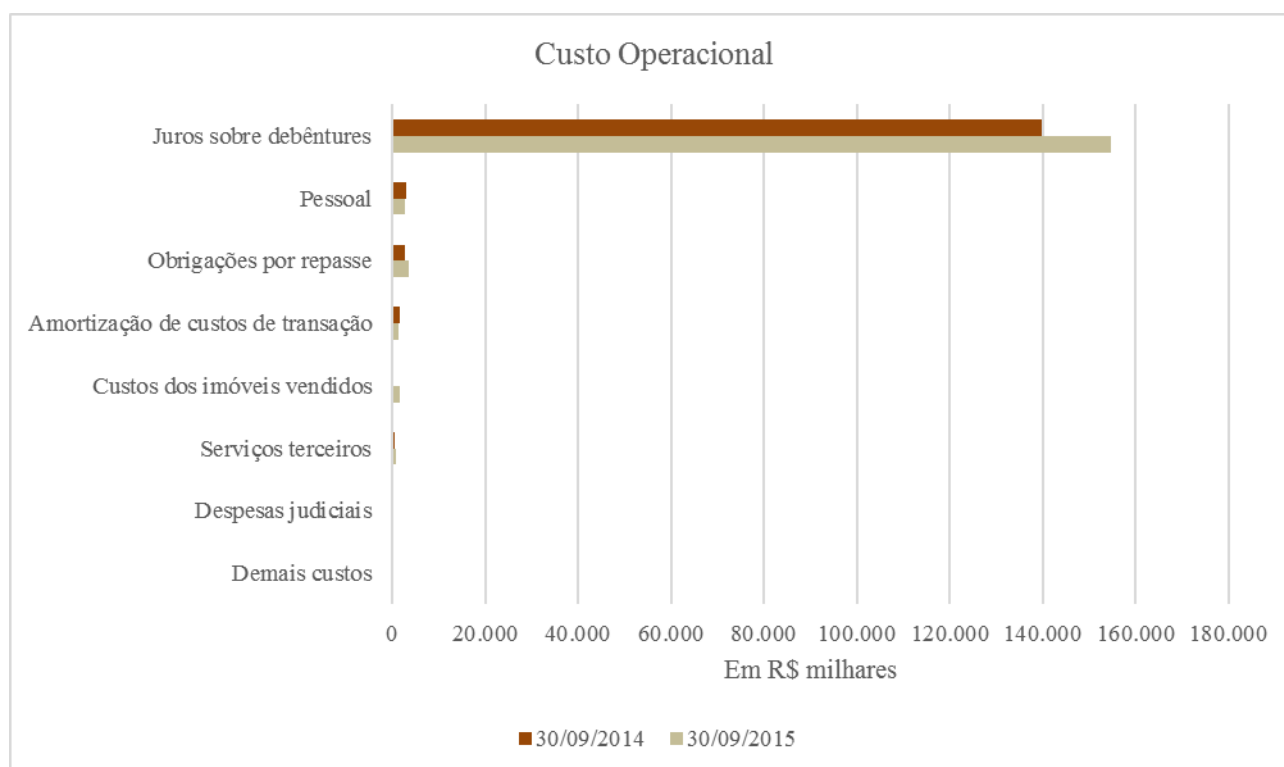
#### Custo Operacional

O custo operacional totalizou R\$164.876 mil no período, superior em 11,57% a igual período do ano anterior, quando atingiu R\$147.781 mil.

O custo mais expressivo é composto pelos juros sobre as debêntures, que totalizou R\$154.683 mil no período, representando 94% do custo total. Este custo apresentou crescimento de 11% em relação ao mesmo período do ano anterior, em virtude dos seguintes fatores:

- Quarta emissão de debêntures, realizada em maio de 2014;
- Aumento da taxa de juros, que interfere diretamente no custo financeiro das debêntures, que possuem remuneração indexada à taxa DI.

Os demais custos do período foram pouco representativos para os resultados da empresa.



#### Resultado Operacional

No período findo em 30 de setembro de 2015, o custo operacional foi superior às receitas operacionais, gerando um resultado operacional negativo de R\$24.186 mil, enquanto no mesmo período do ano anterior, a Companhia apresentou resultado operacional positivo de R\$128.316 mil.

O principal fator que provocou o prejuízo operacional neste período foi a expressiva redução de 80% nas receitas provenientes de participações acionárias, em virtude do declínio da distribuição de dividendos pela Cemig, conforme mencionado nos tópicos anteriores.



## Comentário do Desempenho

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ITR 03/2015 | consolidado



#### Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido reduziu 57%, de R\$93.855 mil em 30 de setembro de 2014 para R\$40.622 mil no mesmo período de 2015.

Os resultados foram alcançados por meio de criterioso controle dos recursos mantidos em aplicações financeiras junto às maiores instituições nacionais de primeira linha, em fundos lastreados em títulos públicos cujas rentabilidades anuais permearam as taxas DI a custos administrativos ínfimos (taxa de adm.). A redução se deu pela diminuição do montante aplicado.

Importante destacar a significativa contribuição da subsidiária EMIP, que participou deste resultado com 23% das receitas financeiras.

Os principais fatores que contribuíram para a redução do montante aplicado foram:

- Redução das aplicações financeiras vinculadas aos convênios, em virtude da execução financeira dos mesmos. O montante aplicado reduziu de R\$303.546 mil em 30 de setembro de 2014 para R\$61.729 mil em 30 de setembro de 2015 (redução de 80%).
- Redução das aplicações financeiras da subsidiária EMIP, em razão do fluxo de pagamento de PPP's. O montante aplicado reduziu 99%, de R\$263.800 mil em 30 de setembro de 2014 para R\$2.976 em 30 de setembro de 2015.

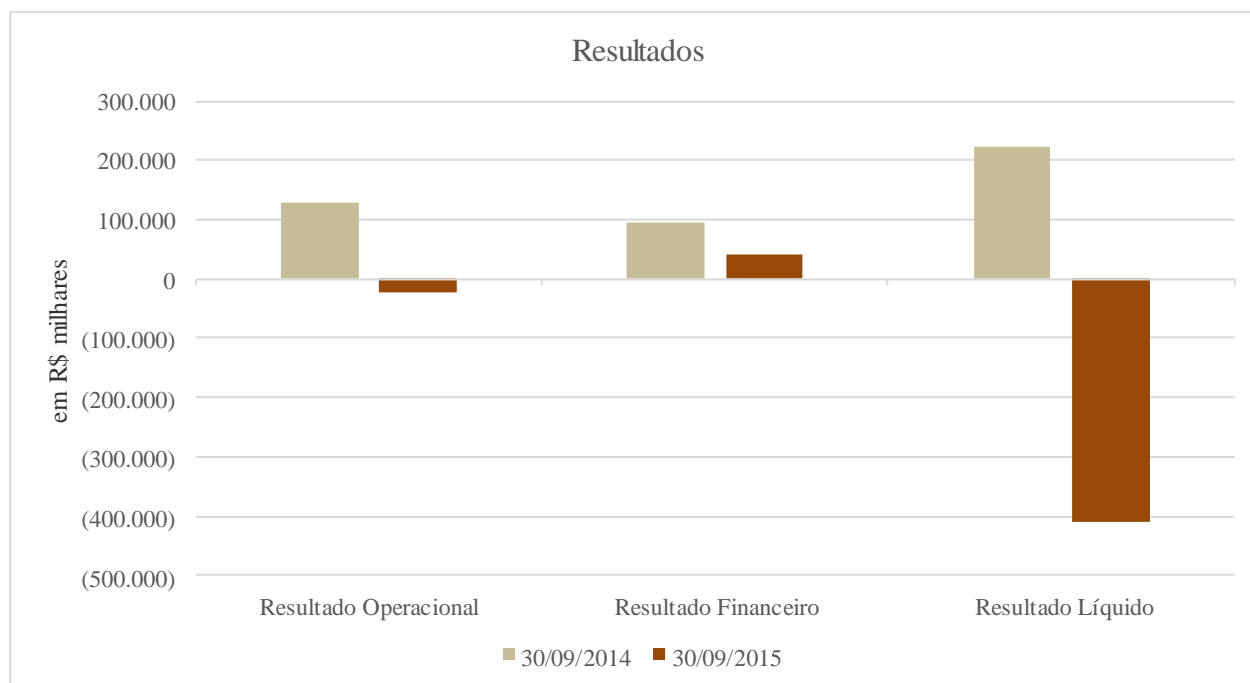
#### Resultado Líquido

A Companhia apresentou prejuízo líquido R\$411.123 mil no período, enquanto no mesmo período de 2014, apresentou lucro líquido de R\$222.018 mil.

O principal fator que provocou este prejuízo foi o reconhecimento da desvalorização das ações da Cemig e da Copasa (*impairment*), que consistiu numa despesa de R\$411.226 com provisão de perdas com participações societárias.

## Comentário do Desempenho

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ITR 03/2015 | consolidado



#### • ACESSO A INFORMAÇÃO

A Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação regulamenta o direito fundamental de todo brasileiro acessar a informações, de interesse coletivo ou geral, produzidas, guardadas e organizadas pelo Poder Público em todos os níveis de governo – União, estados, municípios e Distrito Federal. Publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, a Lei, que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012, estabelece procedimentos para que os órgãos públicos facilitem o acesso à informação pública sob sua guarda e respondam a pedidos de informações dos cidadãos.

Foram criados mecanismos para garantir o acesso à informação pública e, por outro lado, estabelecidos critérios para proteção de informações pessoais e sigilosas que impliquem na segurança da Sociedade e do Estado. Mas a observância da publicidade como regra e do sigilo como exceção, a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações e a utilização dos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, estão entre as principais diretrizes da Lei.

Em 25 de maio de 2012 o Governo Mineiro publicou o Decreto Estadual nº 45.969, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela administração direta do Poder Executivo, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e empresas controladas direta ou indiretamente, como vistas a garantir o acesso à informação, nos termos da legislação estadual vigente e da Lei Federal nº 12.527/2011.

## Comentário do Desempenho

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ITR 03/2015 | consolidado



Na MGI, o acesso à informação é disponibilizado no site [www.mgipart.com.br](http://www.mgipart.com.br). Para facilitar o acesso e a compreensão pela sociedade, foram publicados os links “Debêntures, Concursos, Editais, Institucionais, Transparência e Conselho de Ética”, de forma objetiva, linguagem acessível e agrupada no mesmo espaço, informações sobre a gestão administrativa, orçamentária e financeira, além dos resultados da atuação da Diretoria Executiva.

Na mesma oportunidade, foi disponibilizado o menu “Fale Conosco” – onde já era possível requerer, sem necessidade de justificativa, dados da Companhia e da gestão de seus administradores.

#### • POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

A MGI, na condição de Companhia de capital aberto, se sujeita à fiscalização exercida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA, na condição de emissora de valores mobiliários – Categoria “B” (Debêntures Simples Não conversíveis em Ações), nos termos da Instrução CVM nº 400/2009, devendo divulgar informações societárias de forma coerente com as melhores práticas de governança corporativa, visando à transparência e à equidade no relacionamento com os investidores e o mercado, bem como minimizar eventuais desvios.

Na MGI, a política de divulgação de informação e manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instrução MGI nº 358, de 03 de janeiro de 2002, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23/05/2012.

As âncoras para a divulgação de informações estão representadas pelo “Sistema de Informações Periódicas e Eventuais – IPE” e pelo Programa “Empresas Net”, ambos da CVM.

Em atendimento à Instrução CVM nº 547 de 05 de fevereiro de 2014 a Companhia também divulga seus fatos relevantes no Diário Oficial do Estado e jornal de grande circulação editado em Belo Horizonte/MG e ainda no Portal de notícias com página na rede mundial de computadores, no endereço eletrônico [www.mgipart.com.br](http://www.mgipart.com.br).

#### • AUDITORIA INDEPENDENTE

À Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo a prestação de outros serviços.

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2015

A Administração

## Notas Explicativas



### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (em milhares de reais)

#### 1 Contexto operacional

A MGI – Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (“SEF”).

Os principais objetivos da Companhia são:

- a) Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- b) Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- c) Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- d) Assessorar os dirigentes da SEF e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do EMG;
- e) Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto;
- f) Prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial de órgãos, entidades e empresas integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo:
  - i) alienação de bens, não de uso, observado o procedimento licitatório próprio (concorrência ou leilão), bem como a execução dos atos preparatórios respectivos (avaliação prévia e outros), aplicáveis a estes;
  - ii) administração de créditos, promovendo cobrança administrativa dos que integram carteira ativa e dos créditos em liquidação, realizar acordos e acompanhar a regularidade dos respectivos pagamentos, tudo em conformidade com as normas cabíveis e as orientações do contratante.
- g) Criação e/ou participação em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada às contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies;
- h) Atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas;

## Notas Explicativas



- i) Promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios ou outros instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas de interesse da administração pública estadual;

### *Contexto operacional da subsidiária integral*

Em conformidade com a Lei Estadual n.º 19.968, de 26/12/2011, a MGI constituiu uma subsidiária integral denominada EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., cujos principais objetivos estão vinculados a titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio, estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros, assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação com as parcerias público-privadas (PPP), elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e PPP, auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura podendo assumir obrigações, prestar garantias, celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros, participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

A MGI – Minas Gerais Participações S.A. possui 100% do capital social da referida Empresa em 30 de setembro de 2015.

### **Aspectos operacionais**

Por força de contrato celebrado com o EMG por meio da SEF, a Companhia realiza a prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (“Minascaixa”) e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais (“Bemge”) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (“Credireal”).

As receitas decorrentes da recuperação de operações de crédito (créditos em liquidação) adquiridos pela Companhia junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal, mediante contrato de cessão de créditos, totalizaram, nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 as importâncias de R\$6.276 e R\$4.686, respectivamente (veja nota 16).

Por força do contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e o Bemge, 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação dos créditos é distribuído aos ex-acionistas do Bemge, conforme posição acionária em 29 de junho de 1998, dos quais o EMG possui 77,22% de participação. A distribuição é provisionada mensalmente e ajustada ao fim do semestre.

Conforme autorizado pela Lei Estadual n.º 19.266, de 17 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes (“Contribuintes”), objeto de parcelamentos administrativos (“Parcelamentos”) referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG (“Direitos de Crédito Autônomos” – vide nota 6.c).

A realização dos Direitos de Crédito Autônomos no valor de R\$794.166, em 30 de setembro de 2015, objeto do Contrato de Cessão Onerosa, depende da efetivação do fluxo de recebimento previsto. Adicionalmente, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente poderão ter sua liquidez afetada caso haja o aumento da inadimplência. (veja nota 6.c)

## Notas Explicativas



De forma a adquirir recursos para a aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos, a Companhia realizou a segunda Emissão de Debêntures Subordinadas no montante de R\$1.819.000 (“Debentures Subordinadas”), totalmente subscrita pelo EMG em pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos, e como forma de captação de recursos para amortizá-las, realizou a Terceira Emissão de Debêntures Simples (“Debêntures Seniores”) com terceiros, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em série única, no montante de R\$316.000 (vide nota 11), cujo recebimento líquido foi utilizado para amortização das Debêntures Subordinadas.

Em 27 de maio de 2014, a Companhia realizou a sua 4ª Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009.

O total da emissão correspondeu a 650 debêntures, no valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando uma captação de R\$650.000. O prazo de seu vencimento é de 218 meses, contados da data de emissão, carência de 24 meses para amortização do principal, devendo ocorrer, semestralmente a partir de julho/2016. A remuneração será semestral, a partir de julho de 2014. (vide nota 11).

O pagamento de todas as obrigações assumidas na 4ª Emissão de Debêntures é garantido pela alienação fiduciária de 69.000.000 de ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – CEMIG, de titularidade da MGI, bem como de todos os direitos econômicos inerentes a essas ações (dividendos, juros sobre capital próprio e bonificações), e pela cessão fiduciária da conta vinculada, na qual a totalidade dos proventos inerentes ao objeto do contrato de garantia será depositada.

## 2 Políticas contábeis

### Base de Preparação

As demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Essas Informações Contábeis Intermediárias são aplicáveis à elaboração das ITRs, seguindo os princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, estas ITRs devem ser lidas, em conjunto, com as referidas Demonstrações Contábeis.

Todas as informações financeiras estão apresentadas em Reais e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pela Administração em 30 de novembro de 2015.

### Práticas Contábeis

#### a. Instrumentos financeiros

##### i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que ocorreram. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado)

## Notas Explicativas



são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos, títulos e valores mobiliários e outros investimentos.

### **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

### **Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

### **Ativos financeiros disponíveis para venda**

São aqueles ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio de resultado

### **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos e passivos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa e CDBs com rentabilidade diária e sem carência para resgate, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

#### *ii. Passivos financeiros não derivativos*

Todos os passivos financeiros, são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar, obrigações por repasse e debêntures.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são



## Notas Explicativas



medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

### **b. Imobilizado**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

### **c. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

### **d. Receita operacional**

#### *i. Serviços*

A receita de prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG é reconhecida no resultado tendo como base o mês da prestação do serviço.

#### *ii. Recuperação de créditos e Direito de Créditos Autônomos*

Os Direitos de Créditos Autônomos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais e correspondem a uma taxa entre Selic e 1% ao mês. Essa atualização é considerada parte da receita operacional da Companhia.

#### *iii. Receitas de participações acionárias*

As receitas de participações acionárias são representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrentes de investimentos registrados pelo valor justo ou custo histórico, quando aplicável.

### **e. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de atualização de créditos tributários, aplicações em fundos e CDBs e rendimentos de títulos e valores mobiliários. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com variações negativas de ativos financeiros, encargos financeiros incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

### **f. Imposto de renda e contribuição social**

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, relacionados a ajustes de avaliação patrimonial de ativos mensurados pelo valor justo, são classificados como passivos fiscais diferidos, cuja variação encontra-se reconhecida em outros resultados abrangentes.

## Consolidação

Controladas são as entidades em que a controladora, inclusive de forma indireta, é titular de direito de sócio que lhe garante a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.



## Notas Explicativas



As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. A Companhia incluída nas demonstrações financeiras consolidadas é a EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, conforme detalhado na nota explicativa 1.

Na elaboração das informações intermediárias consolidadas foram utilizadas as informações intermediárias individuais da subsidiária integral (EMIP) na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Controladora.

Os principais procedimentos de consolidação incluem a soma horizontal das contas patrimoniais e de resultados da empresa incluída na consolidação, efetuando-se as seguintes eliminações:

- Dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Das participações societárias no patrimônio líquido das controladas e coligadas;
- Dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

### 3 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

#### a. Investimentos em instrumentos patrimoniais

O valor justo de instrumentos patrimoniais é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurados na data de apresentação das informações financeiras e se não há cotação de mercado, através de uma técnica de “valuation”. Técnicas de “valuation” aplicadas incluem múltiplos de mercado e fluxos de caixa descontados utilizando fluxos de caixa esperados e uma taxa de desconto de mercado (veja nota 21.n).

#### b. Direitos de Créditos Autônomos

Os valores justos no reconhecimento inicial dos Direitos de créditos autônomos são estimados usando fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco com base na média ponderada das faixas de probabilidade do Grupo de resultados possíveis. O valor justo é determinado na data de reconhecimento inicial. Vide detalhes das premissas utilizadas na nota explicativa 21.o.

#### c. Direito Creditório – Credit Suisse

O Direito Creditório destacado na nota explicativa 6.e refere-se ao empréstimo das ações da CEMIG ao Banco de Investimentos Credit Suisse e sendo este um instrumento financeiro é reconhecido pelo valor justo.

#### d. Debêntures Subordinadas

Para apuração do valor justo no reconhecimento inicial das Debêntures Subordinadas, foram adotadas as mesmas premissas utilizadas para mensurar o valor justo do contrato de cessão de Direitos de Créditos Autônomos, tendo em vista que as Debêntures Subordinadas foram emitidas, essencialmente, como mecanismo de retorno ao EMG dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos de Créditos Autônomos.

## Notas Explicativas



### e. Debêntures Seniores

Em função do processo de coleta de propostas - “bookbuilding” - cuja contratação ocorreu com partes não relacionadas, o montante de R\$316.000 foi considerado o valor justo desde o reconhecimento inicial das Debêntures Seniores.

### f. Debêntures de 4ª Emissão

As debentures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”), com intermediação de coordenadores, exclusivamente junto a Investidores Qualificados, no montante de R\$650.000 foi considerado o valor justo desde o reconhecimento inicial.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	5	7	11	7
Aplicações financeiras	1.528	65.247	4.503	65.247
	<b>1.533</b>	<b>65.254</b>	<b>4.514</b>	<b>65.254</b>

As aplicações financeiras da Companhia e de sua subsidiária são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo.

## 5 Títulos e valores mobiliários

		Controladora		Consolidado	
		30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Arcelor Mittal	a.	2.785	4.114	2.785	4.114
TDA	b.	-	154	-	154
Aplicações financeiras	c.	2.459	30.136	2.459	64.540
Aplicações financeiras vinculadas	d.	364.728	128.949	364.728	128.949
<b>Circulante</b>		<b>369.972</b>	<b>163.353</b>	<b>369.972</b>	<b>197.757</b>
Arcelor Mittal	a.	4.408	5.044	4.408	5.044
Aplicações financeiras vinculadas	d.	34.012	36.681	34.012	36.681
<b>Não Circulante</b>		<b>38.420</b>	<b>41.725</b>	<b>38.420</b>	<b>41.725</b>
<b>TOTAL</b>		<b>408.392</b>	<b>205.078</b>	<b>408.392</b>	<b>239.482</b>

Os títulos e valores mobiliários, da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento, e referem-se a:

- 54.914 debêntures de emissão da Belgo Mineira Participações Ind. Com. S.A. (incorporada pela Arcelor Mittal) atualizadas por IGP-M, com pagamento de parcelas semestrais, cuja última parcela vencerá em 30 de dezembro de 2017.

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Companhia é detentora de títulos de créditos (créditos em liquidação) adquiridos por valores simbólicos, dado que tais créditos se encontravam totalmente provisionados nas respectivas instituições financeiras, portanto, reconhecidos com valores justos no momento inicial.

## Notas Explicativas



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

- b. 6.219 Títulos da Dívida Agrária – TDAE, recebidos em agosto/2010, por conta de liquidação de dívida, atualizados pela TR + 6% a.a., com resgate de juros em 1º de março de 2011 e resgate do principal e juros em quatro parcelas anuais a partir de 1º de março de 2012. A última parcela foi recebida em 02 de março de 2015.
- c. Valor referente ao rendimento de aplicação financeira da Companhia vinculada aos saldos das contas correntes destinadas aos pagamentos de convênios e das contraprestações em nome do Estado de Minas Gerais (EMG);
- d. Parte das aplicações financeiras e os saldos das contas correntes estão vinculados aos pagamentos das debêntures da segunda, terceira e quarta emissões. Tais contas foram abertas com a finalidade de atender à estrutura da operação prevista nas escrituras das referidas emissões de modo que sejam satisfeitos os saldos mínimos das contas correntes, calculados este pelo Agente Fiduciário da terceira emissão em função das seis parcelas de amortização e remuneração vincendas em cada data de verificação, dosando assim a liberação de recursos dos recebimentos dos Direitos de Créditos Autônomos para uma conta de Livre Movimentação. Atendidos os saldos mínimos e demais garantias escriturais (Índice de Garantia e Índice de Cobertura – vide nota explicativa 11), o agente fiduciário da terceira emissão autoriza a liberação de recursos para a conta de Livre Movimentação na qual 90% de seu saldo serão compulsoriamente destinados ao pagamento de amortização e remuneração da segunda emissão de debêntures subordinadas. Em 27 de maio de 2014, a Companhia realizou a sua 4ª Emissão de Debêntures Simples (Vide nota 1), com a finalidade de destinar os recursos captados na execução de programas sociais previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental do EMG.

## 6 Contas a receber de clientes e outros créditos

		Controladora		Consolidado	
		30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
JCP/Dividendos a receber	a.	41.542	17.113	41.542	12.213
Valores a receber de clientes	b.	141	54	141	54
Créditos a recuperar		15	15	15	15
Direitos de Créditos Autônomos	c.	164.701	183.172	164.701	183.172
Outras contas a receber		378	48	-	-
<b>Circulante</b>		<b>206.777</b>	<b>200.402</b>	<b>206.399</b>	<b>195.454</b>
Direitos de Créditos Autônomos	c.	629.465	634.261	629.465	634.261
Valores a receber do Estado ref. PPP		-	-	39.940	-
Créditos a receber - Goes Cohabita	d.	5.105	5.105	5.105	5.105
Prov. para perdas de créditos a receber	d.	(5.105)	(5.105)	(5.105)	(5.105)
Direitos Crditórios - Credit Suisse	e.	255.591	-	255.591	-
<b>Não Circulante</b>		<b>885.056</b>	<b>634.261</b>	<b>924.996</b>	<b>634.261</b>
<b>Total a receber de todos os créditos</b>		<b>1.091.833</b>	<b>834.663</b>	<b>1.131.395</b>	<b>829.715</b>

- a. Os dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrem preponderantemente de investimentos da Companhia, em participação acionária, na Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. Grande parte deles está alienado fiduciariamente, como garantias reais das obrigações assumidas na Escritura Particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples. (vide nota 1).
- b. A Companhia possui com o EMG contrato de prestação de serviços firmado junto à Secretaria de Estado de Fazenda (“SEF”).
- c. Direitos de Créditos Autônomos - Em 24 de julho de 2012 a Companhia firmou com o EMG contrato de cessão e aquisição de Direitos de Créditos Autônomos, tendo como intervenientes e anuentes o Itaú Unibanco S/A, a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a Advocacia Geral do

**Notas Explicativas**

MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Estado de Minas Gerais, direitos estes livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios e preferências decorrentes da propriedade de referidos Direitos de Crédito Autônomos, observados os termos, condições e restrições estabelecidos neste Contrato de Cessão Onerosa e na Lei nº 19.266/10. Tais créditos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais vigentes e correspondem a uma taxa entre Selic e 1% ao mês.

O valor nominal adquirido foi de R\$1.819.000, contudo, devido à natureza e à composição do total de créditos cedidos, no momento da transferência dos créditos à Companhia apurou um valor de R\$1.821.160, sendo que a diferença de R\$2.160 será objeto de ajuste entre o EMG e a Companhia, conforme o primeiro aditamento ao contrato de cessão. Esta diferença teve como contrapartida a rubrica de obrigações por repasse (vide nota explicativa 11).

Direitos de Créditos Autônomos estão em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 30 de setembro de 2015.

As parcelas a receber estão classificadas em circulante e não circulante, conforme demonstrado a seguir:

<b>Controladora e Consolidado</b>					
	saldo em 31/12/2014	Movimentação	Atualização	Recebimentos	30/09/2015
Circulante	183.172	91.389	10.921	(120.781)	164.701
Não Circulante	634.261	(91.389)	86.593	-	629.465
<b>Totais</b>	<b>817.433</b>	<b>-</b>	<b>97.514</b>	<b>(120.781)</b>	<b>794.166</b>

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juro e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 21.

A segregação da composição da conta dos Direitos de Créditos Autônomos não rompidos, conforme prazo de realização está demonstrada abaixo:

<b>CARTEIRA DE RECEBÍVEIS</b>	
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>SALDO DEVEDOR</b>
Vencidos mas não rompidos	6.497
Até 12 meses	158.204
de 12 a 24 meses	128.727
de 24 a 36 meses	120.984
de 36 a 48 meses	115.787
de 48 a 60 meses	102.366
Após 60 meses	202.180
Total do valor nominal atualizado	<u>834.745</u>
Direitos Creditórios Rompidos (1)	<u>694.138</u>
Efeito do Valor Justo no reconhecimento inicial (2)	<u>(734.717)</u>
Total	<u>794.166</u>

(1). Refere-se a créditos vencidos e não recebidos cuja inadimplência supera noventa dias, considerados rompidos pelas normas do parcelamento.

(2). Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, que teve como contrapartida o saldo das Debêntures Subordinadas no passivo não circulante tendo em vista que estas foram emitidas, essencialmente, como mecanismo de retorno ao EMG dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos de Créditos Autônomos, após a amortização das Debêntures Seniores.

## Notas Explicativas



- d. A Companhia possui créditos ajuizados decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda. em março de 1989, por ocasião da alienação da participação acionária no Banco Agrimisa S.A. Em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização, o Conselho de Administração da Companhia deliberou em 20 de junho de 2002 pela provisão da perda total do crédito, cenário este que permanece inalterado.
- e. Os Direitos Creditórios do Empréstimo de Ações, correspondentes à obrigação assumida pelo Banco de Investimentos Credit Suisse de devolvê-las, no montante de 36.565.190 ações, conforme definido no Contrato de Empréstimo de Ações (Vide nota 10).

## 7 Tributos

		Controladora		Consolidado	
		30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Tributos a recuperar de IRPJ/CSLL	a.	24.882	3.530	24.952	3.530
Imposto de Renda e Contribuição Social - estimativa	b.	-	5.349	2.690	5.349
Tributos retidos	c.	5.664	17.601	6.768	19.165
Outros Tributos a Recuperar		24	1	24	1
<b>Total</b>		<b>30.570</b>	<b>26.481</b>	<b>34.434</b>	<b>28.045</b>

### 7.1 – Tributos a recuperar

- a. Refere-se ao pagamento a maior de Imposto de Renda e Contribuição Social em anos anteriores, devidamente atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, conforme legislação vigente. O saldo remanescente será compensado à medida que novos impostos a recolher forem apurados.

### 7.2 – Tributos estimados

- b. A Companhia e sua subsidiária integral – EMIP, optaram pelo pagamento por estimativa de Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício de 2015, devendo apurar o Lucro real em dezembro de 2015.
- c. Valor do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre as aplicações financeiras, recebimento de Debêntures e JSCP.

## 8 Depósitos judiciais

Natureza		Controladora		Consolidado	
		30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Cível	a.	3.366	3.237	3.366	3.237
Tributária		583	583	583	583
<b>Total</b>		<b>3.949</b>	<b>3.820</b>	<b>3.949</b>	<b>3.820</b>

- a. Depósitos judiciais para garantia de execução de operações de crédito (Créditos em Liquidação) e depósitos, arrestos e bloqueios judiciais (“penhoras *on-line*”) sobre contas correntes e aplicações financeiras da Companhia para garantias de honorários de sucumbência;

## Notas Explicativas



### 9 Investimentos em Coligada e Controlada

#### Mutação dos investimentos:

	Controladora		
	Helibrás (i)	EMIP	TOTAL
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>10.244</b>	<b>42.367</b>	<b>52.611</b>
Participação no resultado abrangente da coligada	(1.942)	-	(1.942)
Equivalência patrimonial	(8.302)	5.157	(3.145)
Reversão dividendos a pagar	-	4.900	4.900
<b>Saldos em 30 de setembro de 2015</b>	<b>-</b>	<b>52.424</b>	<b>52.424</b>

- (i) Em virtude do patrimônio líquido apurado pela coligada Helibrás apresentar-se negativo, principalmente em função da variação do valor justo dos seus instrumentos financeiros, o valor do investimento nesta coligada foi reduzido a zero.

#### 9.1 Helicópteros do Brasil S.A. – HELIBRÁS S.A.

A Companhia possui participação acionária na Helibrás correspondente a 12,45% do Capital Social e 25% do Capital votante. Essa participação encontra-se classificada como investimento em coligada em conformidade com CPC 18 e art. 243 da Lei 6.404/76 (redação dada pela Lei 11.941/09), uma vez que a Companhia detém 25% de ações ordinárias com direito a voto e possui representante no Conselho de Administração.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras da coligada/controlada:

	30/09/2015	31/12/2014
	Helibras	Helibras
Ativo circulante	1.150.989	934.977
Ativo não circulante	488.464	289.569
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.639.453</b>	<b>1.224.546</b>
Passivo circulante	1.161.160	558.861
Passivo não circulante	652.058	583.415
Patrimônio Líquido	(173.765)	82.270
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.639.453</b>	<b>1.224.546</b>
Receita líquida	258.983	671.303
Resultado do período/exercício	(66.867)	(20.989)

#### 9.2 EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A.

A Companhia possui uma subsidiária integral denominada EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A., o quadro abaixo apresenta a relação de pagamentos de contraprestações efetuadas pela EMIP em nome do Estado aos parceiros privados.

A EMIP foi constituída inicialmente com um capital social de R\$533.274, totalmente subscrito e integralizado pela MGI. Em 2013, parte do seu capital, correspondente a R\$530.516, foi reclassificado para “Obrigações por Repasses” tendo esses recursos a destinação de realizar os pagamentos das contraprestações, efetuadas pela EMIP em nome do Estado aos parceiros privados, das Parcerias Público-Privadas – Minas Arena, Gestores Prisionais Associados e Minas Cidadão Centrais de Atendimento.

## Notas Explicativas



Parcerias Público-Privadas	31/12/2014	movimentação	30/09/2015
	saldo inicial	adições	saldo final
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A	136.809	114.181	250.990
Gestores Prisionais Associados S/A - GPA	81.658	74.668	156.326
Minas Cidadão Centrais de Atendimento S.A	21.341	18.323	39.664
	<b>239.808</b>	<b>207.172</b>	<b>446.980</b>

Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos, conforme CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, conforme apresentado. No quadro abaixo segue o sumário da operação.

	30/09/2015				30/09/2015		
	30/09/2015	ajuste	30/09/2015 divulgado		30/09/2015	ajuste	30/09/2015 divulgado
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	2.981	39.940	42.921	Proventos e encargos a recolher	5	-	5
Tributos a recuperar	1.174	-	1.174	Provisão de IR/CS a pagar	2.630	-	2.630
Tributos estimados	2.690	-	2.690	Tributos a recolher	1.068	-	1.068
Ativos mantidos para venda	10.033	-	10.033	Fornecedores a pagar	378	-	378
Outras contas	1	-	1	Outras contas a pagar	316	-	316
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>16.879</b>	<b>39.940</b>	<b>56.819</b>	<b>Total do PC</b>	<b>4.397</b>	<b>-</b>	<b>4.397</b>
Contas a receber de clientes - EMG	446.980	(446.980)	-	Obrigações por repasse - PPP	407.040	(407.040)	-
Imobilizado	2	-	2				
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>446.982</b>	<b>(446.980)</b>	<b>2</b>	<b>Total do PNC</b>	<b>407.040</b>	<b>(407.040)</b>	<b>-</b>
				<b>Total do passivo</b>	<b>411.437</b>	<b>(407.040)</b>	<b>4.397</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	547.664	-	547.664
				Capital social a realizar	(95.000)	-	(95.000)
				Reclassif. Obrig. por repasses PPP	(407.040)	-	(407.040)
				Reserva de lucros	1.642	-	1.642
				Resultado	5.158	-	5.158
				<b>Total do PL</b>	<b>52.424</b>	<b>-</b>	<b>52.424</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>463.861</b>	<b>(407.040)</b>	<b>56.821</b>	<b>Total do Passivo e PL</b>	<b>463.861</b>	<b>(407.040)</b>	<b>56.821</b>



## Notas Explicativas



## 9.3 – Impacto no Investimento da MGI

Com base nos itens acima mencionados, o investimento da MGI sobre a EMIP deve ser apresentado da seguinte forma:

	Controladora				Controladora		
	30/09/2015	ajuste	30/09/2015 divulgado		30/09/2015	ajuste	30/09/2015 divulgado
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.533	-	1.533	Fornec. outras ctas a pg	227	-	227
Titulos e valores mobiliários	369.972	-	369.972	Salários encargos sociais	1.187	-	1.187
Ctas a rec de clientes e outros créd.	206.777	-	206.777	Tributos a recolher	814	-	814
Tributos	30.570	-	30.570	Obrigações por repasse	11.214	-	11.214
Outras contas	274	-	274	Debêntures	163.621	-	163.621
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>609.126</b>	<b>-</b>	<b>609.126</b>	<b>Total do PC</b>	<b>177.063</b>	<b>-</b>	<b>177.063</b>
Titulos e valores mobiliários	38.420	-	38.420	Debêntures	710.799	-	710.799
Depósitos judiciais	3.949	-	3.949	Obrigações por repasse	549.510	(407.040)	142.470
Ctas a rec de clientes e outros créd.	885.056	-	885.056	Passivo fiscal diferido	-	-	-
Investimentos em coligada	459.464	(407.040)	52.424	<b>Total do PNC</b>	<b>1.260.309</b>	<b>(407.040)</b>	<b>853.269</b>
Outros investimentos	305.563	-	305.563	<b>Total do passivo</b>	<b>1.437.372</b>	<b>(407.040)</b>	<b>1.030.332</b>
Imobilizado	149	-	149	<b>Patrimônio líquido</b>			
Intangível	18	-	18	Capital social	2.724.090	-	2.724.090
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.692.619</b>	<b>(407.040)</b>	<b>1.285.579</b>	Reclassif. Obrig. por repasses			
				PPP	(407.040)	-	(407.040)
				Reclassif. Obrig. por repasses			
				Convênios	(1.085.624)	-	(1.085.624)
				Reserva de lucros	32.332	-	32.332
				Aj. Aval. patrimonial	(399.385)	-	(399.385)
				<b>Total do PL</b>	<b>864.373</b>	<b>-</b>	<b>864.373</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.301.745</b>	<b>(407.040)</b>	<b>1.894.705</b>	<b>Total do passivo e PL</b>	<b>2.301.745</b>	<b>(407.040)</b>	<b>1.894.705</b>

Os efeitos dos procedimentos de reclassificação efetuados no balanço da MGI não afetam o Capital Social e a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais detém sobre a MGI. Os mesmos foram realizados para atendimento as normas contábeis brasileiras.

## 10 Outros investimentos

		Controladora e Consolidado	
		30/09/2015	31/12/2014
Participações ao valor justo	a.	295.629	1.036.472
Participações ao custo de aquisição	b.	9.934	9.934
<b>TOTAL</b>		<b>305.563</b>	<b>1.046.406</b>

## a. Participações ao valor justo

O valor justo dos investimentos da Companhia em instrumentos patrimoniais em 30 de setembro de 2015 está representado por 42.017.655 ações preferenciais da Cemig e 154.640 ações ordinárias da Copasa e são apurados por referência aos seus preços de fechamento na data base das informações trimestrais, classificados no nível 1 – mercado ativo – preço cotado (veja nota 21.n).

## a.1 Segregação das ações da CEMIG

- a. Em 28 de fevereiro de 2014, o acionista controlador, Estado de Minas Gerais, aumentou o Capital Social da Companhia por meio de transferência de 65.965.387 ações preferenciais, totalizando R\$870.743. Com este aporte de ações, adicionado a 3.034.613 ações preferencias já pertencentes a



**Notas Explicativas**

MGI, foi constituída a garantia real 69.000.000 ações preferencias, para a emissão de 650 debentures, conforme Escritura Particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples (vide nota 1). No período encerrado em 30 de setembro de 2015, a Companhia efetuou o aporte no valor de R\$315.220 como reforço voluntário de garantia visando assegurar o Índice de Cobertura. Esse IC está destacado conforme nota 11.c.

	<b>Quantidade de ações</b>	
	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30/09/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
CEMIG - bloqueadas	42.017.655	78.582.845
CEMIG - emprestadas (Direitos creditórios - vide nota 6.e)	36.565.190	-
<b>TOTAL</b>	<b>78.582.845</b>	<b>78.582.845</b>

Os investimentos em instrumentos patrimoniais apresentaram a seguinte movimentação:

	<b>Controladora e Consolidado</b>		
	<b>Cemig</b>	<b>Copasa</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.032.579</b>	<b>3.893</b>	<b>1.036.472</b>
Varição nos investimentos	(483.284)	(1.968)	(485.252)
Ações emprestadas - Credit Suisse	(255.591)	-	-
<b>Saldos em 30 de setembro de 2015</b>	<b>293.704</b>	<b>1.925</b>	<b>295.629</b>

Em 26 de agosto de 2015, no contexto da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, conforme descrito na nota 11.c, a Companhia firmou Contrato de Empréstimo de Ações, visando o aluguel de 68.582.845 ações para o Banco de Investimentos Credit Suisse.

Até 30 de setembro de 2015, 36.565.190 das ações contempladas no Contrato de Empréstimo foram efetivamente emprestadas. Portanto, das 78.582.845 ações que faziam parte do investimento da companhia em 30 de junho de 2015, 36.565.190 encontram-se emprestadas em 30 de setembro de 2015, o que corresponde a 46,5% do total de ações (78.582.845). (vide nota 6.e)

Os ganhos e perdas referentes à variação líquida dos ativos financeiros acima foram reconhecidos em outros resultados abrangentes e reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial).

Em 30/09/2015 a Administração da MGI, baseando-se nas Normas Contábeis – NBC TG 38 (R3) – Instrumentos Financeiros – decidiu por efetuar o Impairment das 65.965.387 ações da CEMIG, bem como das 154.640 ações da Copasa, no resultado abrangente conforme destacado no quadro abaixo:

Ações	Quantidade	Custo Unitário	Custo Total	Cotação em 30/09/15	Redução do Valor Recuperável unitário	Redução do Valor Recuperável total
CEMIG	65.965.387	R\$ 13,20	R\$ 870.743.108,40	R\$ 6,99	R\$ 6,21	R\$ 409.645.053,27
Ações	Quantidade	Custo Unitário	Custo Total	Cotação em 30/06/15	Redução do Valor Recuperável unitário	Redução do Valor Recuperável total
COPASA	154.640	R\$ 23,93	R\$ 3.700.535,20	R\$ 13,71	R\$ 10,22	R\$ 1.580.975,60

Os investimentos em títulos e valores patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, conforme nota explicativa 21.n.

## Notas Explicativas

**b. Participações ao custo de aquisição**

Os investimentos da Companhia em instrumentos patrimoniais abaixo foram mensurados pelo valor de custo dada a inexistência de informações disponíveis e confiáveis sobre os valores justos dos ativos.

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Gerdau Açominas S.A.	4.376	4.376
Gerdau Aços Longos S.A.	4.000	4.000
Gerdau América Latina Participações S.A.	876	876
Gerdau Aços Especiais S.A.	574	574
Outros	108	108
<b>TOTAIS</b>	<b>9.934</b>	<b>9.934</b>

**11 Debêntures**

Os saldos devedores das Debêntures em 30 de setembro de 2015 estão assim evidenciados:

Tipo	CONTROLADORA E CONSOLIDADO					Saldo em 30/09/2015
	Saldo em 31/12/2014	Movimentação	Atualização	Amortização juros	Amortização principal	
<b>Debêntures Subordinadas (a)</b>						
Passivo circulante	5.498	-	63.441	-	-	68.939
Passivo não circulante	781.700	-	-	-	-	781.700
Efeito do valor justo no reconhecimento inicial	(734.717)	-	-	-	-	(734.717)
<b>Total</b>	<b>52.481</b>	<b>-</b>	<b>63.441</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>115.922</b>
<b>Debêntures Seniores (b)</b>						
Passivo circulante	53.029	37.445	13.153	(13.153)	(39.889)	50.585
Passivo não circulante	77.380	(37.445)	-	-	-	39.935
<b>Total</b>	<b>130.409</b>	<b>-</b>	<b>13.153</b>	<b>(13.153)</b>	<b>(39.889)</b>	<b>90.520</b>
<b>Debêntures 4ª emissão (c)</b>						
Passivo circulante	44.888	19.493	78.089	(98.676)	303	44.097
Passivo não circulante	643.375	(19.493)	-	-	-	623.882
<b>Total</b>	<b>688.263</b>	<b>-</b>	<b>78.089</b>	<b>(98.676)</b>	<b>303</b>	<b>667.979</b>
<b>TOTAL DE DEBÊNTURES</b>	<b>871.153</b>	<b>-</b>	<b>154.683</b>	<b>(111.829)</b>	<b>(39.586)</b>	<b>874.421</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>103.415</b>	<b>56.938</b>	<b>154.683</b>	<b>(111.829)</b>	<b>(39.586)</b>	<b>163.621</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>767.738</b>	<b>(56.938)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>710.800</b>

**a. Debêntures de 2ª Emissão – Subordinadas**

Em 24 de Julho de 2012, a Companhia emitiu 181.900 debêntures da espécie subordinada, no valor total de R\$1.819.000, com vencimento em dez anos, atualizadas por 85% da taxa DI. Todas as debêntures foram subscritas pelo EMG e usadas para realizar o pagamento da cessão dos Direitos de Créditos Autônomos à Companhia.

O prazo de amortização das Debêntures Subordinadas é de 10 anos - o vencimento final ocorrerá em 24 de julho de 2022; entretanto, pode ser feita amortização extraordinária, a critério da Emissora, condicionada a 90% do volume excedente dos recebíveis dos direitos de crédito autônomos, após pagamentos das obrigações da Debêntures Seniores.

## Notas Explicativas



A amortização extraordinária das Debêntures Subordinadas somente ocorrerá se o valor disponível na conta bancária vincula for superior ao valor dos juros devidos na data da amortização extraordinária. Caso o valor disponível seja inferior ao valor dos juros devidos, este será integralmente utilizado para o pagamento parcial dos juros devidos e não haverá pagamento de amortização extraordinária. Portanto, a Companhia, registra no passivo circulante, somente os juros incorridos até esta declaração.

Desde que as Debêntures Seniores estejam integralmente amortizadas ou resgatadas, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures Subordinadas, que será calculado pelo valor devido até a data do resgate (valor nominal das debêntures, acrescido de juros), somado ao prêmio, definido como a diferença positiva entre o saldo dos direitos de crédito autônomos e o valor devido.

O resgate antecipado facultativo total poderá ocorrer mediante a dação em pagamento do saldo dos Direitos de Crédito Autônomos, definido como a diferença entre a totalidade dos direitos creditórios cedidos e o valor correspondente dos direitos creditórios pagos até a data do resgate antecipado. Portanto, os parcelamentos classificados como “Rompidos”, ou seja, aqueles cuja inadimplência supera noventa dias, nos relatórios enviados mensalmente pela SEF, poderão ser usados no pagamento do resgate antecipado facultativo. Não há nenhuma cláusula restritiva para as Debêntures Subordinadas.

### b. Debêntures de 3ª Emissão - Seniores

Em 30 de agosto de 2012, foram emitidas 31.600 debêntures seniores, no valor total de R\$316.000, não conversíveis em ações, remuneradas pela taxa DI + 3,25% a.a., da espécie com garantia real, dada pelos Direitos de Crédito Autônomos cedidos a título oneroso pelo EMG. Estão previstos pagamentos mensais de juros e de amortizações - havia carência de seis meses para início das amortizações, que começaram a ocorrer em 30 de março de 2013 -, com vencimento final previsto para 30 de agosto de 2017. A integralização e a subscrição ocorreram em 10 de setembro de 2012, pelo total de R\$316.777, sendo a diferença atribuída à correção pelos mesmos parâmetros de remuneração, desde a emissão até a data de integralização.

Os custos operacionais para a captação dos recursos foram suportados pelas debêntures da terceira emissão, por ter sido a única a ser ofertada no mercado primário, originando a totalidade dos recursos de caixa da operação.

Para a estimativa do Impacto dos Custos de transação no resultado do exercício e da Taxa Interna de Retorno (TIR), foram considerados os índices dos Depósitos Interbancários (DI)'s conhecidos até 30 de setembro de 2015 e repetindo-se o último para as datas subsequentes. A TIR foi calculada sobre o fluxo de caixa mensal estimado, transformada em equivalência ao ano.

<b>Impacto dos Custos de Transação nas DRE's</b>	
<b>Debêntures</b>	<b>Debêntures 3ª Emissão</b>
Taxa Interna de Retorno (TIR a.a.)	12,49%
2012	1.247
2013	2.861
2014	1.960
2015	1.366
2016	703
2017	158
<b>Total</b>	<b>8.295</b>

## Notas Explicativas



A escritura pública da terceira Emissão de Debêntures Seniores contém cláusulas restritivas ("covenants"), que consistem no Índice de Cobertura ("IC") e no Índice de Garantia Real ("IGR"),

ambos apurados mensalmente pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão. O IC é dado pelo quociente entre: (i) os recebimentos dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos no mês; e (ii) a soma das obrigações pagas ou devidas no mês (juros e amortização), não podendo ser inferior a 1,8.

O IGR é dado pelo quociente entre: (i) o somatório dos direitos de crédito autônomos vincendos até 30 de agosto de 2017, acrescido dos saldos da conta de serviço da dívida e da conta de pagamento, no último dia útil do mês anterior ao apurado; (ii) saldo devedor das debêntures no último dia útil do mês anterior ao mês apurado, não podendo ser inferior a 200%. A conta de serviço da dívida é sempre ajustada de maneira que mantenha saldo igual ou superior ao somatório das próximas seis parcelas vincendas de amortização e remuneração das Debêntures Seniores.

A Companhia acompanha o fluxo de realização e efetua o cálculo destes índices, que, em 30 de setembro de 2015, foram amplamente atendidos:

### 3ª Emissão de Debêntures Simples

Covenants - Índices de acompanhamento das garantias\*

Mês de Referência	IC	IGR
set/15	2,32	320,00%

\* Os índices IC e IGR são instrumentos do Agente Fiduciário da terceira emissão, sendo calculados por este com intuito de acompanhar o comportamento das garantias.

### c. Debêntures de 4ª Emissão

Em 30 de maio de 2014, a Companhia emitiu 650 debêntures da espécie com garantia real, no total de R\$650.000, com vencimento em 18 anos, remuneradas pelo seu valor unitário equivalente a 100% das taxas médias referenciais para depósitos interfinanceiros no Brasil – DI, acrescidas de spread de 3,4376% a.a. Essas debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº476/2009, sob o regime de garantia firme de colocação com a intermediação dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição. Sua remuneração será paga semestralmente, sempre nos dias 10 de julho e 10 de janeiro de cada ano calendário, sendo o primeiro pagamento em 10 de julho de 2014 e o último na data do vencimento. O primeiro pagamento de amortização do principal está previsto para julho de 2016 e o último na data de vencimento (julho de 2032).

Enquanto as debêntures da 4ª emissão estiverem ativas, caso se verifique a ocorrência de qualquer dos eventos previstos no artigo 1.425 do Código Civil ou de qualquer ato de constrição que venha a recair sobre os direitos relativos às ações ou sobre os direitos relativos às contas vinculadas à operação, as garantias prestadas deverão ser integralmente recompostas. Ademais, caso o Índice de Cobertura, em qualquer dia útil, torne-se inferior a 155% (cento e cinquenta e cinco por cento), a emissora deverá proceder reforço de garantia para restabelecer o Índice de Cobertura no patamar mínimo de 185%. Em contrapartida, caso, em qualquer data de verificação, o Índice de Cobertura seja superior a 215% e não tenha havido ou esteja em curso evento de vencimento antecipado ou evento de avaliação, a emissora pode requerer ao agente de garantia a liberação do excesso de recursos até o Índice de Cobertura retornar ao patamar de 185%. A Companhia pode, ainda, proceder complemento voluntário de garantia para evitar o rompimento do Índice de Cobertura, no mesmo dia do possível rompimento. Neste período, houve necessidade de complemento voluntário de garantia, impedindo rompimento do Índice de Cobertura, conforme explicado na nota 10.a.1.

Em 26 de agosto de 2015, a Companhia assinou a Escritura da 5ª Emissão de Debêntures, que prevê a emissão de até 900 debêntures simples, não conversíveis em ações, de sua 5ª (quinta) emissão,

**Notas Explicativas**

sendo que a primeira integralização das debêntures da 5ª emissão ocorrerá por meio da dação em pagamento das debêntures da 4ª emissão, as quais serão automaticamente canceladas.

As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) das taxas médias dos Certificados de Depósito Interfinanceiro – CDI, acrescida de spread que dependerá da quantidade de debêntures integralizadas até o fim do período de oferta, que durará 180 dias, conforme tabela baixo:

<b>Quantidade de debêntures efetivamente subscritas e integralizadas</b>	<b>Juros ao ano (CDI+)</b>
até 650 debêntures	3,4376%
de 651 a 675 debêntures	3,3912%
de 676 a 700 debêntures	3,3449%
de 701 a 725 debêntures	3,2985%
de 726 a 750 debêntures	3,2521%
de 751 a 775 debêntures	3,2057%
de 776 a 800 debêntures	3,1653%
de 801 a 825 debêntures	3,1249%
de 826 a 850 debêntures	3,0844%
de 851 a 875 debêntures	3,0440%
de 876 a 900 debêntures	3,0035%

O pagamento das debêntures será garantido pela: (i) alienação fiduciária de 10.000.000 (dez milhões) de ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG de titularidade da Companhia; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Hedge, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Empréstimo de Ações, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; e (iv) cessão fiduciária da conta corrente nº 72913 mantida junto à agência 001 do Banco Credit Suisse. As garantias reais serão compartilhadas entre os titulares das debêntures da 4ª Emissão, os titulares das debêntures da 5ª Emissão, e o Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior.

## Notas Explicativas



## 12 Obrigações por repasses

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Obrigações com ex-acionistas do Bemge	a. 10.607	7.043	10.607	7.043
Recursos da venda de imóveis de terceiros	b. 318	69	318	69
Créditos de terceiros	c. 262	405	578	405
Obrigações com partes relacionadas	d. 142.470	2.160	142.470	2.160
Outras obrigações	27	24	27	42
	<b>153.684</b>	<b>9.701</b>	<b>154.000</b>	<b>9.719</b>
Circulante	11.214	7.541	11.530	7.559
Não Circulante	142.470	2.160	142.470	2.160

- a. Valores retidos do resultado da recuperação de créditos do Bemge, conforme contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e Bemge (nota 1), destinados à cobertura de despesas com a recuperação de créditos e eventuais condenações em honorários de sucumbência, cujo montante foi definido pelo Conselho de Administração;
- b. Recursos a repassar oriundos da venda de imóveis pertencentes ao EMG e administrados pela Companhia, conforme contratos de prestação de serviços firmados junto à SEF. Os recursos da venda desses imóveis são recebidos pela Companhia e repassados ao EMG quando da finalização do processo licitatório de alienação;
- c. Créditos decorrentes da recuperação de créditos em liquidação conforme contrato de prestação de serviços de administração de ativos a serem repassados ao EMG.
- d. O Estado de Minas Gerais aportou na Companhia, no período encerrado em 30 de setembro de 2015, o montante de R\$140.310 como adiantamento para futuro aumento de capital, destinado a reforço de garantia da quarta emissão de debêntures. A sua classificação como passivo não circulante se deve à incerteza da integralização de capital com esses recursos.

## 13 Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia e sua subsidiária adotam a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimentos mensais por estimativa ou balancete de redução ou suspensão. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>(411.123)</b>	<b>222.018</b>	<b>1.152</b>	<b>230.631</b>
Juros sobre capital próprio	-	(17.883)	-	(17.883)
Receita de dividendos	(35.431)	(176.519)	(35.431)	(176.519)
Equivalência patrimonial	3.144	(29.627)	(8.301)	(12.908)
<b>Base de cálculo para IRPJ</b>	<b>(443.410)</b>	<b>(2.011)</b>	<b>(42.580)</b>	<b>23.321</b>
Total Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(8.613)
<b>Taxa efetiva</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>36,93%</b>





## Notas Explicativas



### 15 Patrimônio líquido

#### a. Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$3.000.000. Em 29 de abril de 2015, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os acionistas deliberaram que o saldo remanescente do Lucro Líquido, no montante de R\$179.275, foi destinado para o aumento do capital social da Companhia, sem emissão de novas ações, passando de R\$2.544.816 para R\$2.724.091.

Com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), em especial o CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, item 11, que menciona a definição de passivo financeiro e instrumento patrimonial, entende-se que nesta operação há obrigação de entrega de ativos financeiros (repasso para convênios e PPP) e que pela essência, deve ser registrada como passivo financeiro.

Assim previsto, a MGI reclassificou o capital após os aportes e reduções, efetuados pelo Estado de Minas Gerais no valor de R\$1.492.664, do Patrimônio Líquido, conta de "Capital Social" para o Passivo não circulante, conta de "Obrigações por Repasse".

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2014	movimentações	30/09/2015
Capital Social	2.544.816	274.275	2.819.091
Capital Social a Integralizar	-	(95.000)	(95.000)
Reclassificação obrigação por Repasse PPP	(407.040)	-	(407.040)
Reclassificação obrigação por Repasse Convênios	(1.085.624)	-	(1.085.624)
<b>Capital Social ajustado - CPC 39</b>	<b>1.052.152</b>	<b>179.275</b>	<b>1.231.427</b>

A Companhia poderá emitir ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado por deliberação do Conselho de Administração (CA). Aumentos do capital acima do capital autorizado são de competência de Assembleia Geral, mediante submissão das propostas de aumento de capital pelo Conselho de Administração. Tal procedimento também deverá ser adotado no caso de integralização em bens.

Em 29 de setembro de 2015, o Estado de Minas Gerais aumentou o capital da Companhia em R\$95.000, a ser integralizado até 31 de janeiro de 2016, em moeda corrente nacional, sem emissão de novas ações, com a finalidade de aporte de capital na subsidiária EMIP.

A composição do capital social em 30 de setembro de 2015 é a seguinte:

ACIONISTAS	31/12/2014				30/09/2015				
	Ações (1)	Capital Social (2)	Capital Social Integralizado (2)	%	Ações (1)	Capital Social (2)	Capital Social a Integralizar (2)	Capital Social Integralizado (2)	%
Estado Minas Gerais	575.674.222	2.544.522	2.544.522	99,9558	575.674.222	1.326.053	(95.000)	1.231.053	99,9558
BDMG	165.323	191	191	0,0287	165.323	243	-	243	0,0287
CEMIG	53.307	62	62	0,0093	53.307	78	-	78	0,0093
Ações em Tesouraria	35.860	41	41	0,0062	35.860	53	-	53	0,0062
TOTAIS	575.928.712	2.544.816	2.544.816	100,0000	575.928.712	1.326.427	(95.000)	1.231.427	100,0000

#### b. Reserva legal

A reserva legal foi constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.



## Notas Explicativas



### c. Ações em tesouraria

A Companhia possui em tesouraria o montante de 35.860 ações ordinárias.

### d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei.

### e. Juros sobre capital próprio

A Companhia tem como prática o cálculo mensal de juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício. A distribuição de juros sobre capital próprio, a serem imputados ao valor dos dividendos obrigatórios do presente exercício, observa os limites previstos na Lei nº 9.249/95.

### f. Lucros acumulados

Os lucros acumulados referem-se apenas ao lucro do período registrado no patrimônio líquido, e tem como contrapartida contas transitórias que serão encerradas quando da apuração do lucro do exercício.

### g. Lucro líquido por ação básico

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Média da quantidade de ações no período (em milhares)	575.929	575.929	575.929	575.929
Resultado do período	(428.655)	222.018	(428.655)	222.018
<b>Resultado por lote de mil ações (em R\$)</b>	<b>(744,28)</b>	<b>385,50</b>	<b>(744,28)</b>	<b>385,50</b>

## 16 Receita

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Receitas de serviços	1.090	1.299	1.090	1.299
Receitas de recuperação de créditos	6.276	4.686	6.276	4.686
Receita de participação acionária b	35.482	176.774	35.482	176.774
Receitas de atualização de créditos a	97.514	93.980	97.514	93.980
Receitas de vendas de imóveis	-	-	1.102	-
Impostos sobre serviços (ISS)	(55)	(65)	(55)	(65)
PIS/COFINS	(620)	(577)	(719)	(577)
<b>Receita</b>	<b>139.687</b>	<b>276.097</b>	<b>140.690</b>	<b>276.097</b>

- As receitas de atualização de créditos decorrem da atualização dos créditos autônomos cedidos, corrigidos de acordo com a legislação estadual e resoluções da SEF vigentes na celebração de cada contrato de parcelamento.
- As receitas de participações acionárias estão representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrente de outros investimentos em títulos patrimoniais, abaixo discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Cemig	35.430	176.519	35.430	176.519
Copasa	10	132	10	132
Gerdau Açominas S.A.	41	97	41	97
Outras	1	26	1	26
	<b>35.482</b>	<b>176.774</b>	<b>35.482</b>	<b>176.774</b>

**Notas Explicativas****17 Custos**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2015</b>	<b>30/09/2014</b>	<b>30/09/2015</b>	<b>30/09/2014</b>
Pessoal	2.735	2.916	2.735	2.916
Obrigações por repasse	3.564	2.858	3.564	2.858
Serviços terceiros	701	440	701	440
Despesas judiciais	121	96	121	96
Juros sobre Debêntures	a 154.683	139.685	154.683	139.685
Amortização de custos de transação	1.368	1.673	1.368	1.673
Custos dos Imóveis Vendidos	-	-	1.617	-
Demais custos	87	113	87	113
	<b>163.259</b>	<b>147.781</b>	<b>164.876</b>	<b>147.781</b>

- a. Os juros decorrem das atualizações das Debêntures Subordinadas (2ª Emissão), Debêntures Seniores (3ª Emissão) e Debêntures de 4ª Emissão.

**18 Receitas e despesas financeiras**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2015</b>	<b>30/09/2014</b>	<b>30/09/2015</b>	<b>30/09/2014</b>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receitas aplicações financeiras	30.032	67.327	39.422	92.971
Receitas com títulos e valores mobiliários	1.528	1.370	1.528	1.370
Receitas de atualização de créditos	2.270	357	2.330	365
PIS/COFINS	(2.236)	-	(2.305)	-
	<b>31.594</b>	<b>69.054</b>	<b>40.975</b>	<b>94.706</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
IOF	(352)	(541)	(352)	(541)
Outras despesas	(1)	(310)	(1)	(310)
	<b>(353)</b>	<b>(851)</b>	<b>(353)</b>	<b>(851)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>31.241</b>	<b>68.203</b>	<b>40.622</b>	<b>93.855</b>

**19 Convênios**

Em 08 de outubro de 2013, a Companhia recebeu do acionista controlador, Estado de Minas Gerais, autorização para promover aumento do capital social, no montante de R\$864.980, com recursos orçamentários originários de operações de crédito contratadas pelo Estado de Minas Gerais com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e com o Banco do Brasil, nos montantes de R\$730.677 e R\$134.303, respectivamente. Em 05 de junho de 2014, o EMG efetuou nova integralização de capital com recursos orçamentários oriundos de operações de crédito contratadas junto ao Banco do Brasil no valor de R\$53.761.

Em 01 de julho e em 30 de setembro de 2014, o acionista EMG, integralizou R\$154.321 e R\$12.562, respectivamente, sendo R\$25.683, com recursos orçamentários oriundos de operações de crédito contratadas pelo EMG junto ao Banco do Brasil, e o restante R\$141.200, refere-se as operações de crédito junto ao BNDES, totalizando o valor de repasse em R\$1.085.624, cujo objetivo desses aportes é promover, por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, ações que visem o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Do valor mencionado, até 30 de setembro de 2015 foram repassados R\$1.026.354 aos municípios em parceria com as Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais. Este valor está apresentado líquido das devoluções recebidas dos municípios convenientes a título de prestação de contas de convênios já encerrados. A movimentação está demonstrada abaixo:

## Notas Explicativas



Convênios	Controladora e Consolidado		
	31/12/2014	movimentação	30/09/2015
	saldo inicial		saldo final
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA	17.957	(55)	17.902
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG– SEDVAN	1.925	(10)	1.915
Sec. Est. Desenvolvimento Regional, Política Urbana – SEDRU	87.367	(384)	86.983
Sec. Est. Defesa Social – SEDS	10.131	-	10.131
Sec. Est. Turismo de MG– SETUR	14.733	(265)	14.468
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG– SETOP	837.940	21.174	859.114
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	35.996	(336)	35.660
Sec. Est. Governo - SEGOV	181	-	181
	<b>1.006.230</b>	<b>20.124</b>	<b>1.026.354</b>

Para atendimento às melhores práticas contábeis, a Companhia reclassificou o aporte de capital, recebido do acionista controlador EMG, da conta de Capital Social no Patrimônio Líquido para Obrigações com Repasse no Passivo não circulante, pois os recursos originários desta transação são exclusivos para repasses aos conveniados, caracterizando-se, portanto, como uma obrigação da Companhia, conforme requerido pelo CPC 39 – Instrumentos Financeiros. Além, disso a reclassificação adotada é usada para adequar a essência da operação como um passivo, em razão da ausência de perenidade requerida pela Lei Societária para o Capital Social.

A prestação de contas destes convênios deverá ser feita pela Conveniente à MGI ao final dos prazos dos convênios ou dos aditamentos efetuados. O prazo estabelecido é de 90 dias da data de término do Convênio. Essa prestação de contas tem como objetivo confirmar o cumprimento do objeto do convênio quanto a sua execução física e financeira, além do atingimento do objetivo social. A não comprovação do atingimento dos preceitos definidos nos contratos de Convênios determina o impedimento de novos repasses de recursos e a promoção de tomada de contas especial com o ressarcimento dos valores atualizados repassados as convenientes.

Em 30 de setembro de 2015 a Companhia apresentava em seus controles internos o total de 218 convênios vencidos sem a respectiva validação da prestação de contas por parte das Secretarias, levando em consideração que as inspeções físicas foram delegadas à estas Secretarias e são requisitos para a aprovação, aprovação com ressalvas ou reprovação das contas. O total de convênios celebrados com estas entidades e que se encontram por ora vencidos e sem a respectiva prestação de contas monta a R\$132.137 mil.

Convênios	Controladora e Consolidado	
	Valor do Convênio	Quantidade de Convênios
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA	4.450	45
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG– SEDVAN	1.925	28
Sec. Est. Desenvolvimento Regional, Política Urbana – SEDRU	84.680	93
Sec. Est. Turismo de MG– SETUR	8.411	25
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG– SETOP	26.545	5
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	6.126	22
	<b>132.137</b>	<b>218</b>

A atual administração tem efetuado cobranças junto às respectivas Secretarias no sentido de agilizar referida prestação de contas e aprimorando os seus controles internos no sentido de conciliar as informações da área de convênios com o Sistema de Gestão de Convênios da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais.



## Notas Explicativas



### 20 Contingências não provisionadas

O principal processo da Companhia com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, está relacionado abaixo, para o qual não há provisão contábil. A Subsidiária não possui processos judiciais.

O Processo em trâmite contra a Companhia na 5ª Vara da Fazenda Estadual - Belo Horizonte cujo objeto é a anulação do contrato de compra e venda por meio do qual a Companhia transferiu à Góes Cohabita Participações Ltda. ações representativas do controle do Banco Agrimisa S.A., além de contrato de mútuo celebrado em cobertura ao aporte de recursos efetuado pela Companhia ao Banco. Em caso de perda, o controle acionário do Banco Agrimisa, atualmente em liquidação extrajudicial, retornaria para a titularidade da Companhia, não havendo efeitos financeiros adversos além daqueles já contabilizados em nossas contas de provisão (veja nota 6.d). Esse processo está em trâmite desde 1990 e o valor atualizado da causa é de aproximadamente R\$46.283. Em conexão com esse processo existe também a discussão judicial sobre honorários de sucumbência estimados em R\$3.749. Valores atualizados pela taxa Selic até a data dessas informações trimestrais. Não efetuamos a provisão para perda desses saldos visto que a Companhia entende que o risco de perda é considerado possível.

### 21 Instrumentos Financeiros

#### Gerenciamento de risco financeiro

##### *a. Visão geral*

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia e suas controladas. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações trimestrais.

##### *b. Estrutura do gerenciamento de risco*

O Conselho de Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A assembleia de acionistas estabeleceu o Conselho Fiscal, o qual atua de acordo com a legislação.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

## Notas Explicativas



### c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

As projeções de performance dos Direitos de Créditos Autônomos indicam conforto nos resultados financeiros frente às obrigações na segunda e terceira emissões de debêntures. Em 30 de junho de 2015 decorreu-se trinta e seis meses de desempenho deste fluxo, o que, na amplitude de dez anos, é um hiato pequeno para expressar os ajustes da curva projetada. Todavia a análise de risco da inadimplência compõe as premissas adotadas na projeção do fluxo para o cálculo do valor justo da operação, o que capta um nível de inadimplência esperado o qual ainda poderá ser adotado como moeda de pagamento das debêntures subordinadas.

Em relação às debentures de 4ª emissão, na eventualidade de ocorrerem mudanças nas condições do mercado financeiro, de *commodities* e/ou de capitais, nacional ou internacional, que afetem ou, possa afetar as atividades da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

### d. Exposição a riscos de crédito

A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, que na data das informações trimestrais foi:

	nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.533	65.254	4.514	65.254
Títulos e valores mobiliários (curto e no longo prazo)	5	408.392	205.078	408.392	239.482
Contas a receber de clientes e outros créditos (curto e longo prazo) (i)	6	1.091.833	834.663	1.131.395	829.715
<b>Total</b>		<b>1.501.758</b>	<b>1.104.995</b>	<b>1.544.301</b>	<b>1.134.451</b>

- (i) Os Créditos vinculados aos direitos econômicos relativos às ações alienadas fiduciariamente dos proventos (juros sobre capital próprio, dividendos, rendimentos), e pela cessão fiduciária da conta vinculada, na qual a totalidade dos proventos inerentes ao objeto do contrato de garantia depositado representam a exposição máxima do risco de crédito.

### e. Perdas por redução no valor recuperável

#### Contas a receber de clientes e outros créditos

Estes ativos estão representados por dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrentes de investimentos em coligada e outros investimentos em títulos patrimoniais e valores a receber do EMG decorrentes da prestação de serviços, os quais, em função de sua natureza e histórico não apresentam riscos que justifiquem qualquer tipo de redução no valor recuperável.

Direitos de Créditos Autônomos foram ajustados em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 24 de julho de 2012 e dos resultados da análise do fluxo cedido sob um estresse do rompimento dos créditos e da volatilidade deste estresse, e contempla o reconhecimento inicial pelo valor justo conforme premissas definidas na nota 21.n.

## Notas Explicativas



A Companhia mantém registrada provisão para perdas de 100% dos créditos a receber decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda conforme decisão do Conselho de Administração da Companhia em 20 de junho de 2002 em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização (veja nota 6.d).

### Títulos e valores mobiliários

No histórico de recebimentos, não há indícios que justifiquem qualquer tipo de provisão para perdas no valor recuperável, pois todos os fluxos de recebimentos têm sido cumpridos pontualmente.

A Companhia e sua subsidiária têm por objetivos manter os títulos e valores mobiliários até o vencimento.

#### *f. Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco da Companhia e de suas controladas de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia e suas controladas sempre tenham liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

Nota	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
<b>Passivo financeiro não derivativo</b>				
Fornecedores e outras contas a pagar	227	261	227	261
Debêntures Subordinadas	11	115.922	52.481	115.922
Debêntures Seniores	11	90.520	130.409	90.520
Debêntures 4ª Emissão	11	667.979	688.263	667.979
Obrigações por repasse	12	153.684	9.701	154.000
<b>Total</b>	<b>1.028.332</b>	<b>881.115</b>	<b>1.028.648</b>	<b>881.115</b>

Não é esperado que fluxos de caixa, já inclusos nas análises de maturidade, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

A amortização das Debêntures da 3ª Emissão respeitou o período de carência para a composição dos saldos mínimos das contas de garantia em nível suficiente para cobertura de seis parcelas vincendas, sendo a amortização em percentuais decrescentes e aplicáveis ao Preço Unitário (PU) inicial, R\$10, com o primeiro percentual em 2,92% e o último para 1,09%, conforme respectiva escritura de emissão.

Quanto à amortização das Debêntures da segunda emissão, estará condicionada a 90% do volume excedente dos recebíveis dos direitos de crédito autônomos, após pagamentos das obrigações da terceira emissão.

Já a amortização dos juros das Debentures da 4ª Emissão, será paga semestralmente, sempre nos dias 10 de julho e 10 de janeiro de cada ano calendário, sendo o primeiro pagamento em 10 de julho de 2014 e o último na data do vencimento, já o primeiro pagamento a título de amortização do principal será em julho de 2016 e o último na data de seu vencimento.



## Notas Explicativas



### *g. Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

No que tange a riscos de mercado, a Companhia está exposta indiretamente a mercados distintos em decorrência de suas participações acionárias e consequentemente dividendos e juros sobre o capital próprio a receber.

### *h. Risco cambial*

A Companhia e suas controladas não possuem riscos cambiais, pois nenhuma de suas operações está vinculada com moeda estrangeira.

### *i. Risco de taxa de juros*

A Companhia e suas controladas adotam política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos) e CDBs.

Na data das informações trimestrais, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
<b>Indexador CDI</b>		
Aplicações financeiras	6.962	130.635
Aplicações financeiras vinculadas	398.740	164.782
Total de direitos creditórios (a)	794.166	817.433
Debêntures	(874.420)	(871.153)
Saldo líquido de exposição	325.448	241.697
<b>Indexador IGP-M</b>		
Títulos e valores mobiliários	7.193	9.312

(a) - Os Direitos Creditórios são indexados à taxa SELIC, contudo, dado o histórico de mercado das variações dos CDI's e da taxa SELIC, observa-se que os dois indexadores possuem comportamentos e níveis de taxas significativamente próximos, o que, por sua vez, espera-se que esta relação ainda se confirme para os períodos seguintes. Assim, ao incluir o "Total de direitos creditórios" nesta composição, adotamos o DI como uma variável proxy (termo estatístico utilizado para denominar uma variável que teoricamente substitua outra de forma satisfatória) do indexador Selic.

- Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia e suas controladas.

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBOVESPA. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

- Análise de sensibilidade - Taxa de juros.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas DI-PRE divulgada pela BM&FBOVESPA em 30 de setembro de 2015, apurando-se o impacto nas receitas financeiras no período de 1 ano, conforme segue:



**Notas Explicativas**

	Risco	(reduções em milhares de reais)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Impacto no Saldo Líquido	Redução do CDI	-	(11.594)	(23.188)

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (% a.a.)*	14,25	10,69	7,13

\* A curva de DI-PRE reflete a expectativa do mercado quanto ao comportamento futuro das taxas DI e tem característica não linear, ou seja, suas variações são de forma não uniforme ao longo do tempo, portanto, os valores indicados do CDI nos cenários indicam a taxa inicial da curva, dada a deterioração dos cenários.

Os valores justos, demonstrados nos quadros acima, partem de uma posição da carteira em 30 de setembro de 2015, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia e suas controladas.

***j. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa***

A Companhia e suas controladas não contabilizam nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data desse relatório não alteraria o resultado.

***k. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável***

A Companhia possui investimentos em instrumentos patrimoniais da Cemig e Copasa que, por estarem listados na Bolsa de Valores de São Paulo, estão classificados no nível 1 da hierarquia pelo valor justo.

Para os investimentos na Cemig, cada ponto percentual de variação no valor da ação representa uma alteração proporcional de 0,15% do Patrimônio Líquido da Companhia em 30 de setembro de 2015, enquanto que para os investimentos na Copasa, a mesma variação alteraria o Patrimônio Líquido em apenas 0,001%.

***l. Gestão de capital***

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

***m. Risco operacional***

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e de suas controladas.

O objetivo da Companhia e de suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

## Notas Explicativas



A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;

### *n. Valor justo*

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2015		31/12/2014		30/09/2015		31/12/2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>408.392</b>	<b>408.392</b>	<b>205.078</b>	<b>205.078</b>	<b>408.392</b>	<b>408.392</b>	<b>239.482</b>	<b>239.482</b>
Títulos e valores mobiliários	408.392	408.392	205.078	205.078	408.392	408.392	239.482	239.482
<b>Designados ao valor justo</b>	<b>255.591</b>	<b>255.591</b>	-	-	<b>255.591</b>	<b>255.591</b>	-	-
Direitos Creditórios Credit Suisse	255.591	255.591	-	-	255.591	255.591	-	-
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>1.864.574</b>	<b>1.691.048</b>	<b>1.715.778</b>	<b>1.571.633</b>	<b>1.904.452</b>	<b>1.730.926</b>	<b>1.710.830</b>	<b>1.566.685</b>
Contas a receber de clientes (exceto direito de créditos)	42.076	42.076	17.230	17.230	81.638	81.638	12.282	12.282
Direitos de Créditos Autônomos	794.166	620.640	817.433	673.288	794.166	620.640	817.433	673.288
Fornecedores	227	227	261	261	227	227	261	261
Obrigações por repasse	153.684	153.684	9.701	9.701	154.000	154.000	9.701	9.701
Debêntures	874.421	874.421	871.153	871.153	874.421	874.421	871.153	871.153

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Títulos e valores mobiliários** – Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação de índices de mercado pré-determinados quando da contratação (IGPM e CDI).

## Notas Explicativas



- **Empréstimos, recebíveis e outros créditos** – Empréstimos, recebíveis e outros créditos são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Obrigação por repasse** – As obrigações por repasse decorrem de recursos financeiros de terceiros recebidos e pendentes de repasse. Seu valor justo aproxima-se ao valor contábil em função de seu reduzido prazo de vencimento. Para certas obrigações cujo vencimento ocorrerá em longo prazo, a remuneração sobre esses passivos é paga mensalmente pela Companhia e, portanto, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

### *o. Taxas de juros utilizadas para determinar o valor justo no reconhecimento inicial*

Conforme nota explicativa 1, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários. Os créditos foram reconhecidos pelo valor justo no reconhecimento inicial no montante de R\$1.086.443.

O valor justo dos créditos foi calculado usando fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco com base na média ponderada das faixas de probabilidade do Grupo de resultados possíveis. *Inputs* e premissas essenciais utilizados no modelo em 24 de julho de 2012 incluem o seguinte:

- Taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa foi baseada na taxa de juros livre de risco para títulos de 10 anos emitidos pelo Tesouro, ajustada para um prêmio de risco para refletir os riscos relacionados a uma carteira de créditos, o risco sistemático da carteira e o risco de inadimplência, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.
- Os efeitos favoráveis e desfavoráveis do uso de premissas alternativas razoavelmente possíveis foram calculados pelo ajuste aos valores-modelo usando estimativas alternativas de fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco que poderia razoavelmente ter sido considerada por um participante de mercado para efeitos de precificação dos instrumentos no final do período de relatório.
- As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo no final do período de relatório, mais uma margem de crédito definida em 3,92% que reflete uma volatilidade de um modelo.

### *Avaliação de inputs*

O nível na hierarquia de valor justo dentro do qual uma mensuração de valor justo é classificada em sua totalidade deve ser determinada na base do *input* de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. A operação de emissão descrita, em seu momento inicial foi mensurada ao valor de mercado e possui no método para aplicação de técnica de mensuração *inputs* não observáveis em mercado, sendo estes ajustados de forma particular em detrimento das características e perfil de risco associadas à operação, sendo esta mensuração de Nível 3.

### *Análise de sensibilidade - Taxa de juros*

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros descontados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 24 de julho de 2012, apurando-se o impacto no reconhecimento inicial no período de 1 ano. Foi feita uma avaliação para a mensuração do valor justo, se a troca de um ou mais *inputs* por alternativas razoavelmente possíveis mudasse o valor justo significativamente conforme segue:

## Notas Explicativas



### Reconhecimento inicial

#### 24 de julho de 2012

Taxa de desconto 3,92%	1.086.443
Taxa de desconto (25%) 4,90%	1.059.411
Taxa de desconto (50%) 5,88%	1.033.742

#### Premissas adotadas na análise de sensibilidade:

A inadimplência histórica é refletida no fluxo e sendo este um dos componentes da avaliação da taxa de desconto. Para a avaliação de impacto para a variável não observada, foi construída uma taxa esperada para retorno de mercado. Na simulação foi considerado um fator de inadimplência que responde por até 3,57% (BNDES), desta forma existiria um range de 10,92% - 14,88% dentro do retorno aplicado no modelo.

#### *p. Hierarquia pelo valor justo*

A Companhia adota a mensuração a valor justo de certos ativos financeiros. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- (i) Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- (ii) Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- (iii) Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

	Saldo em 30/09/2015	Valor justo em 30 de setembro de 2015		
		Mercado Ativo - Preço cotado (Nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (Nível 2)	Sem mercado ativo - Título patrimonial (Nível 3)
Ativos financeiros disponíveis para venda - Cemig e Copasa nota 10.a	551.220	551.220	-	-
Demais investimentos nota 10.b	9.934	-	-	9.934

A nota explicativa 10.a apresenta a reconciliação dos saldos iniciais e finais dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujos registros foram efetuados em outros resultados abrangentes.

## Notas Explicativas



As Companhias Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais, Gerdau Comercial de Aços e Gerdau América do Sul Participações não são empresas listadas em bolsa de valores e conseqüentemente o preço de mercado de sua ação não está disponível. O preço de mercado de suas ações não está disponível. Dessa forma, esses investimentos em instrumentos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, pois seu valor justo não pode ser prontamente determinado de forma confiável.

## 22 Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2015, a cobertura de seguros contratados pela Companhia era composta por:

Natureza do Seguro	Controladora e Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014
Veículos	-	267
Comercial	806	806
Responsabilidade Civil	-	1.100
<b>TOTAL</b>	<b>806</b>	<b>2.173</b>

## 23 Transações que não afetaram o caixa

Em 29 de abril de 2015, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os acionistas deliberaram que o saldo remanescente do Lucro Líquido, foi destinado para o aumento do capital social da Companhia. Essa transação não envolveu caixa e por isso, o valor de R\$179.275, não está refletido na demonstração do fluxo de caixa.

## 24 Evento Subsequente

- Em 26 de agosto de 2015, no contexto da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, que será feita por intermédio da 5ª Emissão de Debêntures, conforme descrito na nota 11.c, a Companhia firmou Contrato de Hedge de Ações, prevendo hedge das ações emprestadas ao Banco de Investimento Credit Suisse (68.582.845 ações preferenciais). O hedge dessas ações foi integralmente concluído em 21 de outubro de 2015, e o Valor do Hedge, dado pelo produto entre o Preço de Exercício das opções flexíveis de venda e a quantidade agregada dessas opções, passou a integrar o Índice de Cobertura da 4ª Emissão. Essa operação visa proteger o fluxo de caixa da Companhia das oscilações de mercado das ações da Cemig.

A contratação das opções não envolveu pagamento de prêmio, na medida em que o somatório do prêmio unitário multiplicado pela respectiva quantidade, em reais, de cada Opção na qual a Companhia figura como Lançador, e o somatório do prêmio unitário multiplicado pela respectiva quantidade, em reais, de cada Opção na qual o Banco Credit Suisse figura como Lançador eram equivalentes, de forma que o prêmio a ser pago, definido como a diferença entre esses somatórios, seja nula.

A troca de resultados financeiros entre o Credit Suisse e a Companhia em cada Opção será realizada em suas respectivas datas de vencimento, que são semestrais, entre julho de 2019 e julho de 2028. O Preço de Liquidação é definido, para cada Opção, como a média aritmética simples dos Preços Médios por ação da CMIG4, observadas nos 10 (dez) pregões regulares de ações da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) imediatamente anteriores à Data de Vencimento em questão; e “Preço Médio” é definido, em um determinado pregão, como o preço médio por ação conforme divulgado no Boletim Diário da BM&FBOVESPA para o respectivo pregão.

## Notas Explicativas



- 5ª Emissão de Debêntures

Em 26 de novembro de 2015, conforme definido no Primeiro Aditamento à Escritura da Quinta Emissão de Debêntures, foram subscritas e integralizadas 650 (seiscentas e cinquenta) debêntures, no montante de R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), por meio da dação em pagamento das 650 (seiscentas e cinquenta) debêntures emitidas pela Companhia, de igual valor nominal, nos termos da Escritura da Quarta Emissão de Debêntures. As debêntures da Quarta Emissão, atualmente em posse da Companhia, serão canceladas em 30 de novembro de 2015.

\*\*\*\*\*

### **Conselho de Administração**

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva - Presidente

Fernando Viana Cabral - Vice-presidente

Antônio Carlos Ramos Pereira - Membro

Otílio Prado - Membro

Daniel França de Freitas - Membro

Mariah Brochado Ferreira - Membro

### **Diretoria Executiva**

Mário Assad Júnior – Diretor Presidente

Paulo Roberto de Araújo – Diretor Vice-Presidente

Leandro Ramon Campos Gusmão – Diretor Administrativo

Walmir Pinheiro de Faria – Diretor de Relações com Investidores

Carlos Gomes Sampaio de Freitas – Diretor de Suporte ao Desenvolvimento Estadual

### **Contador responsável**

Flavio Augusto Sampaio Menezes  
CRC/MG 68.072/O-9

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da

MGI – Minas Gerais Participações S.A.

Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da MGI – Minas Gerais Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

De acordo com a nota explicativa 19, as prestações de contas referente aos convênios devem ser efetuadas pelo Conveniente em até 90 dias da data do término de cada convênio. Até a conclusão da nossa revisão, identificamos distorção entre os diferentes controles sistêmicos adotados pela Administração referente a essas prestações de contas, demonstrando necessidade de conciliação das informações. Adicionalmente, identificamos que as prestações de contas parciais dos convênios são realizadas com base na análise documental de forma a não certificar sobre a adequada aplicabilidade dos recursos, uma vez que a Companhia não possui controles internos implementados para inspeção física destes convênios. Conseqüentemente, não nos foi possível determinar se existem efeitos a serem registrados na rubrica de Convênios e firmar juízo sobre as divulgações mínimas referente a tais prestações de contas em 30 de setembro de 2015.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos, se existentes, do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 21 (o) às informações intermediárias que descreve que o reconhecimento e mensuração inicial dos Direitos de Créditos Autônomos no valor de R\$1.086.443 mil em 24 de julho de 2012 foram efetuados considerando o valor justo estimado de acordo com os critérios descritos e conforme requerido pelo CPC 38 – Reconhecimento e mensuração e CPC 46- Mensuração do valor justo. O valor justo estimado poderia ser diferente caso existisse um mercado de negociação ativo para tais instrumentos financeiros. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2015

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Anderson Luiz de Menezes

Contador CRC MG-070240/O-3